



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Ajudar os Outros Leva a Infidelidade?: Efeito de Licença Moral e
Consistência Moral nos Relacionamentos Interpessoais

Inês de Sousa Patrocínio Cabaceira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientador:
Professor Doutor David Filipe Lourenço Rodrigues,
ISCTE–Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2017

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Ajudar os Outros Leva a Infidelidade?: Efeito de Licença Moral e
Consistência Moral nos Relacionamentos Interpessoais**

Inês de Sousa Patrocínio Cabaceira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientador:
Professor Doutor David Filipe Lourenço Rodrigues,
ISCTE–Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2017

Agradecimentos

Esta dissertação representa a finalização de uma fase importante da minha vida. Como tal, foi marcante e gratificante partilhar este percurso com algumas pessoas significativas.

Quero agradecer aos meus pais por serem pessoas maravilhosas, o que se reflete na sua amizade, apoio, compreensão e paciência incondicionais. Agradeço-lhes também pela capacidade de serem imparciais nas opiniões e comentários que fazem ao meu trabalho, possibilitando o meu contínuo amadurecimento.

Quero agradecer aos meus amigos, em especial à Fábria Berbigão e à Rita Ribeiro, pela fabulosa amizade que se reflete no companheirismo, em momentos de descontração e divertimento, partilha de ideias e retorno construtivo relativamente ao trabalho que desenvolvo. Faço também um agradecimento muito especial a Marco Fernandes, pelos conselhos, apoio e amizade que me derem força numa fase particularmente difícil e que me ajudaram a enfrentar este percurso com mais ânimo. E ainda, a Diogo Fonseca, por me ter ajudado, com a sua encantadora energia, a definir-me e a descobrir um novo rumo para a minha vida.

Quero ainda fazer um agradecimento especial ao Professor David Rodrigues pela incrível prontidão, disponibilidade, exigência e, principalmente, pelo importantíssimo incentivo para a finalização deste Mestrado.

Agradeço ainda a todos os que direta e indiretamente contribuíram para que este percurso fosse ainda mais enriquecedor.

*“Lembra-te que as leis da natureza
garantem que, quando se fecha
uma porta, abre-se outra.”*

*“Os únicos limites da tua vida são
aqueles que tu estabelececes.”*

Robin Sharma,
em “O monge que vendeu o seu Ferrari”

RESUMO

Temos como objetivo estudar as consequências após a intenção de agir moralmente. Por um lado, a investigação tem demonstrado que ações morais anteriores são compensadas com atos imorais subsequentes, efeito denominado por licença moral. Por outro lado, a investigação tem demonstrado que ações morais anteriores motivam atos morais subsequentes, efeito denominado por consistência moral. Estes dois efeitos são explicados pelo aumento do autoconceito moral, ou seja, pela autopercepção de maior moralidade. Pretendemos contrastar estes dois efeitos ao analisar de que forma uma ação altruísta inicial tem impacto em julgamentos de infidelidade. Em dois estudos experimentais, metade dos participantes imaginaram envolver-se em trabalho comunitário (condição de altruísmo), enquanto que aos restantes tal não foi pedido (condição de controlo). Os resultados mostraram que os participantes da condição de altruísmo reportaram atitudes mais desfavoráveis face à infidelidade, efeito mediado pelo aumento do autoconceito moral (Estudos 1 e 2). Tais resultados suportam o efeito de consistência moral. No Estudo 2 foi ainda pedido aos participantes para julgarem o quão indicativo de infidelidade consideravam falar (cenário ambíguo) ou beijar (cenário explícito) uma pessoa atraente do outro sexo. Os resultados mostraram que na condição de altruísmo os participantes julgaram o cenário ambíguo, mas não o cenário explícito, como menos indicativo de infidelidade. Mais uma vez, este efeito foi mediado pelo aumento do autoconceito moral. Tal dá suporte ao efeito de licença moral. Esta investigação sugere diferenças nos efeitos da moralidade quando as pessoas formam julgamentos referentes a si mesmas ou referentes a outras pessoas.

Palavras-chave: *Altruísmo, Infidelidade, Julgamentos morais, Autoconceito moral, Licença moral, Consistência moral*

ABSTRACT

We aim to study the consequences after intending to act morally. On the one hand, research has shown that a previous moral act lead to subsequent immoral acts – defined as the moral licensing effect. On the other hand, research has shown that a previous moral act lead to subsequent moral acts – defined as the moral consistency effect. Both effects have been explained by an increase of moral self-concept, that is, the self-perception of greater morality. We aim to contrast these two effects by analyzing how an initial altruistic act influences infidelity judgments. In two experiments, half of the participants were asked to image being involved in community work (altruism condition), whereas the remaining were not asked to do so (control condition). Results showed that participants in the altruism condition reported more unfavorable attitudes towards infidelity, and that this effect was mediated by an increased moral self-concept (Studies 1 and 2). This supports a moral consistency effect. In Study 2 participants were also asked to judge how indicative of infidelity they considered to be talking (ambiguous scenario) or kissing (explicit scenario) an attractive person of the other sex. Results showed that participants in the altruism condition judge the ambiguous scenario, but not of the explicit scenario, as less indicative of infidelity. Again, this effect was mediated by an increased moral self-concept. This supports a moral licensing effect. This research suggests differences in the effects of morality when people form judgments about themselves or about other people.

Keywords: *Altruism, Infidelity, Moral judgments, Moral self-concept, Moral licensing, Moral consistency*

ÍNDICE

Secção I – Introdução	1
Secção II – Fenómenos Comportamentais e Infidelidade	3
2.1. Comportamentos Compensatórios.....	3
2.1.1. Limpeza moral.	4
2.1.2. Licença moral.....	5
2.2. Comportamentos Consistentes	9
2.3. Infidelidade e a Moralidade	11
2.4. A Presente Investigação.....	12
Secção III – Estudo 1	13
3.1. Método.....	13
3.2. Procedimento	14
3.3. Resultados.....	15
3.4. Discussão	16
Secção VI – Estudo 2	17
4.1. Método.....	18
4.2. Procedimento	19
4.3. Resultados.....	19
4.4. Discussão	22
Secção V – Discussão Geral.....	23
5.1. Julgamentos Autorreferencias e Julgamentos Sociais	25
5.2. Fenómenos Comportamentais e Direções Futuras	27
5.3. Outras Limitações da Investigação.....	31
Secção VI – Conclusões	32
Referências Bibliográficas	33
ANEXOS.....	40
ANEXO A	40
ANEXO B.....	42

Índice de Figuras

Figura 3.3.3.1. Modelo de mediação pelo autoconceito no efeito entre o altruísmo e as atitudes face à infidelidade.....	16
Figura 4.3.2.1. Modelo de mediação pelo autoconceito no efeito entre o altruísmo e as atitudes face à infidelidade (replicação do Estudo 1).....	21
Figura 4.3.4.1. Modelo de mediação pelo autoconceito moderado pelo tipo de cenário.....	22

Índice de Tabelas

Tabela 4.3.1.1. Informação descritiva e correlações entre as variáveis (Estudo 2).....	20
---	----

Secção I – Introdução

A crença de que algumas pessoas são morais e outras são imorais foi sempre uma forma de explicar, por exemplo, os escândalos de determinados figuras públicas como Silvio Berlusconi, ou a bondade de outras como o Papa Francisco. No entanto, esta crença não capta amplamente a natureza da moralidade humana. Mesmo pessoas cujos padrões comportamentais se regem por princípios morais, por vezes violam os seus padrões e agem de uma forma que pode ser considerada como menos moral. Por exemplo, Dalai Lama é vegetariano, mas em certas situações admite comer carne. Em contraste, existem também pessoas com um historial de imoralidade que demonstram atos morais. Por exemplo, Ryan Raso, criminoso com historial de condenações por assalto à mão armada e roubo qualificado, salvou uma polícia de agressões brutais.

A moralidade abarca diversas características que explicam a forma como as pessoas agem e, por isso, é importante compreendê-la de forma holística. De facto, a moralidade engloba um conjunto interligado de práticas e valores intrínsecos a uma pessoa, que trabalham conjuntamente para regular ou suprimir atitudes que choquem com o funcionamento do grupo e que facilitam a convivência social (Haidt, 2008; Reynolds & Ceranic, 2007; Treviño, Weaver, & Reynolds, 2006). O comportamento moral está, assim, subjacente a prescrições sociais, uma vez que é interpretado e julgado tendo em conta o comportamento geralmente aceite (Reynolds & Ceranic, 2007), podendo ainda constituir uma resposta social às necessidades e aos interesses dos outros (Aquino, Freeman, Reed, & Lim, 2009). De um modo geral, o comportamento moral engloba dois aspetos: os julgamentos morais e a identidade moral. Os julgamentos morais surgem quando uma pessoa avalia uma determinada situação moral. Esta avaliação é feita com base na perceção do que é certo e errado que, conseqüentemente, determinará a forma como irá agir perante essa situação moral (Aquino & Reed, 2002; Blasi, 1980; Erikson, 1964; Koleva, Selterman, Iyer, Ditto, & Graham, 2014; Rest, 1986). Por outro lado, a identidade moral refere-se ao carácter moral de uma pessoa, formado através de um esquema cognitivo organizado em torno de um conjunto de traços morais. Estes traços morais englobam crenças, atitudes e comportamentos, adquiridos por experiências pessoais e/ou transmitidos pela sociedade e educação. O carácter moral traduz-se num mecanismo de autorregulação que estabelece parâmetros para o comportamento individual e que motiva a realização de ações morais (Aquino & Reed, 2002; Cheryan & Bodenhausen, 2000; Damon & Hart, 1992; Erikson, 1964; Reynolds & Ceranic, 2007; Shih, Pittinsky, & Ambady, 1999; Treviño et al., 2006). A identidade moral abarca várias facetas,

das quais apenas um subconjunto – o autoconceito moral¹ – pode ser acedido conscientemente a qualquer momento (Markus & Kunda, 1986). O autoconceito moral engloba a totalidade de crenças que uma pessoa tem e consegue descrever sobre si, sendo assim a autoperceção relativa à própria moralidade (Colby & Damon, 1992; Leary & Tangney, 2003).

O comportamento moral engloba comportamentos pró-sociais e altruístas, que têm sido definidos como comportamentos voluntários e cujo propósito é ajudar os outros (Janoff-Bulman, Sheikh, & Hepp, 2009; Nelson & Norton, 2005; Reynolds & Ceranic, 2007). Diversos autores têm estudado estes comportamentos através de doações para a caridade ou voluntariado, manifestação de atitudes pró-ambientais, prestação de ajuda a outras pessoas, participação em petições sociais, doações de sangue, devolução de dinheiro ou, ainda, oposição a grupos racistas (Hayley & Zinkiewicz, 2013; Janoff-Bulman et al., 2009; Joosten, Dijke, Hiel, & Cremer, 2014; Jordan, Mullen, & Murnighan, 2011; Khan & Dhar, 2006; Lee & Hsieh, 2013; Nelson & Norton, 2005; Reynolds & Ceranic, 2007; Sachdeva, Iliiev, & Medin, 2009). A realização deste tipo de comportamentos surge, muitas vezes, pelo facto de as pessoas apreciarem ver-se como atores morais e pela necessidade de estabelecerem um padrão comportamental moral (Conway & Peetz, 2012; Mazar, Amir, & Ariely, 2008). Contudo, as pessoas nem sempre agem congruentemente com a sua autoperceção e por vezes desviam-se dos seus padrões morais ao terem comportamentos menos morais ou, até, imorais (Tangney, Stuewig, & Mashek, 2007). Diversos estudos têm observado este tipo de comportamentos em situações como copiar as respostas de um teste, usar alguém para próprio benefício, manifestar atitudes preconceituosas, mentir nos resultados de uma tarefa para ganhar mais dinheiro, ou roubar dinheiro de um envelope (Efron, Cameron, & Monin, 2009; Hayley & Zinkiewicz, 2013; Krumm & Corning, 2008; Mazar & Zhong, 2010; Reynolds & Ceranic, 2007). De interesse para a presente investigação, Joosten et al. (2014) demonstraram que comportamentos menos morais ou imorais podem estender-se para o contexto das relações íntimas, tendo os participantes do seu estudo identificado a infidelidade como um comportamento imoral. Outros autores também têm associado comportamentos extradiádicos²

¹ Os conceitos de autoimagem (e.g., Cornelissen, Bashshur, Rode, & Le Menestrel, 2013), autoestima (e.g., Brañas-Garza, Bucheli, Espinosa, & García-Muñoz, 2013; Monin & Miller, 2001; Sachdeva et al., 2009) e autoperceção morais (e.g., Conway & Peetz, 2012) serão aqui designados por autoconceito moral, dado que são definidos analogamente na literatura sobre comportamentos compensatórios e consistentes.

² Dado que no presente trabalho estamos a lidar com julgamentos associados a uma esfera de moralidade, estes comportamentos extradiádicos serão aqui designados por infidelidade.

à imoralidade, uma vez que se refletem em sentimentos de injustiça e de desconforto no parceiro (Boekhout, Hendrick, & Hendrick, 1999; Carr, 2010; Glass & Wright, 1992; Koleva et al., 2014; Selterman & Koleva, 2015).

A presente investigação forçar-se-á nos comportamentos (i)morais no contexto das relações íntimas. Especificamente, na forma como as pessoas julgam a infidelidade após manifestarem um comportamento moral. Para tal, este trabalho inicia-se com um enquadramento teórico sobre os fenómenos comportamentais, relacionados com a forma como a (i)moralidade se manifesta no comportamento humano, e sobre a infidelidade e a sua relação com o comportamento (i)moral (Secção II). De seguida, serão explicados os objetivos e delineamento dos dois estudos realizados, bem como os respetivos método, resultados e discussão (Secções II-IV). Posteriormente, será apresentada a discussão geral dos resultados obtidos, integrando-os com evidências empíricas (Secção V). E, por fim, serão apresentadas as conclusões gerais sobre o presente trabalho (Secção VI).

Secção II – Fenómenos Comportamentais e Infidelidade

A investigação tem demonstrado a existência de dois fenómenos comportamentais que regulam a forma como as pessoas agem após a realização de um determinado ato moral ou imoral. Por um lado, temos comportamentos compensatórios, onde a prática de um comportamento (i)moral provoca um comportamento subsequente oposto (Conway & Peetz, 2012; Mullen & Monin, 2015). Por outro lado, temos comportamentos consistentes, onde um comportamento (i)moral é seguido por outro idêntico (Cornelissen et al., 2013). Será, de seguida, apresentado um enquadramento teórico sobre estes dois fenómenos comportamentais e sobre a (i)moralidade na infidelidade.

2.1. Comportamentos Compensatórios

As pessoas tendem a procurar um equilíbrio moral nos seus comportamentos, com base tanto nas normas veiculadas pela sociedade, como nos níveis de moralidade que desejam atingir e manter (Conway & Peetz, 2012). Este equilíbrio é promovido através da prática de ações morais que, por sua vez, têm um impacto positivo no autoconceito moral (Aquino & Reed, 2002; Brañas-Garza et al., 2013; Jordan et al., 2011; Merritt, Effron, & Monin, 2010). É possível observar este impacto positivo no estudo de Khan e Dhar (2006), no qual os participantes que fizeram uma ação altruísta (imaginar envolver-se em trabalho comunitário)

se avaliaram mais positivamente (e.g., “Eu sou uma pessoa compassiva”), comparativamente com os participantes que não realizaram qualquer ação altruísta.

A realização de ações morais está presente nos comportamentos compensatórios como forma de compensar ou restaurar o equilíbrio moral. Posto isto, os comportamentos compensatórios englobam dois efeitos: limpeza moral e licença moral. O efeito de limpeza moral pressupõe que atos menos morais ou imorais são compensados por subsequentes atos morais (Loureiro et al., 2016). Contrariamente, o efeito de licença moral pressupõe que atos morais são compensados através da subsequente prática de atos menos morais ou imorais.

O autoconceito moral presta um importante papel em ambos os efeitos, uma vez que explica a tendência das pessoas em praticarem atos opostos aos que realizaram inicialmente. Ou seja, no efeito de limpeza moral, o comportamento moral posterior surge para restaurar o autoconceito moral, diminuído por atos imorais anteriores (Sachdeva et al., 2009). Por outro lado, no efeito de licença moral, os atos imorais posteriores ocorrem como forma de compensar um elevado autoconceito, adquirido pela prática de atos morais anteriores. Estes efeitos serão, de seguida, descritos mais detalhadamente.

2.1.1. Limpeza moral. A prática de ações menos morais ou imorais ameaça a autoperceção da própria moralidade, tendo repercussões negativas no autoconceito moral. Esta ameaça ao autoconceito moral motiva a subsequente prática de atos morais para o restaurar e manter o equilíbrio moral, sendo este efeito denominado por limpeza moral (Jordan et al., 2011; Sachdeva et al., 2009). Por exemplo, no estudo de Jordan et al. (2011), metade dos participantes foram convidados a recordar uma ação não ética realizada no seu contexto de trabalho e, de seguida, a indicar o quão se identificavam com um conjunto de traços morais (e.g., honestidade, compassividade). Os restantes participantes recordaram ações éticas, ao invés de não éticas, e avaliaram os mesmos traços morais. Os participantes que recordaram ações não éticas caracterizaram-se como mais morais e tiveram intenções pró-sociais mais fortes (e.g., voluntariado), do que os participantes que recordaram uma ação ética passada. Mais ainda, no estudo de Sachdeva et al. (2009), os participantes que escreveram uma história com traços negativos acerca da sua personalidade (e.g., egoísmo, ganância), contrariamente aos que escreveram utilizando traços positivos (e.g., generosidade, gentileza), doaram uma maior quantidade de dinheiro para uma instituição de caridade. Segundo West e Zhong (2015), uma forma de “limpar” uma ação imoral realizada e de mitigar o consequente impacto negativo que essa ação tem para a autoperceção da moralidade, é corrigindo a ação imoral com outras ações morais. Os estudos de Jordan et al. (2011) e Sachdeva et al. (2009)

demonstram esta mesma necessidade de compensar (neste caso, “limpar”) transgressões passadas com subsequentes atos morais, por forma a manter o autoconceito moral ou para repor o seu declínio (Jordan et al., 2011; Khan & Dhar, 2006; Merritt et al., 2010; Sachdeva et al., 2009).

O efeito de limpeza moral pode ainda estender-se para o domínio físico. Por exemplo, muitas práticas religiosas (e.g., Catolicismo) requerem uma purificação do corpo em resposta a pecados (e.g., benzer-se com água benta; Brañas-Garza et al., 2013). Esta necessidade de limpeza física foi também observada no estudo de Zhong e Liljenquist (2006), no qual os participantes que recordaram uma ação imoral mostraram uma maior preferência por objetos higiénicos (e.g., champô, produtos antissépticos), ao invés de produtos aleatórios e não relacionados com limpeza (e.g., barra de chocolate, néctares de fruta), comparativamente aos participantes que recordaram uma ação moral. Existem, ainda, estudos que mostram que esta necessidade por limpeza física pode ocorrer após o contacto (real ou imaginado) com membros de outros grupos sociais. Por exemplo, no estudo de Zavala, Waldzus e Cyprianska (2014), os participantes que imaginaram usar o telemóvel de uma pessoa homossexual, foram mais propensos a escolher produtos de limpeza para as mãos e boca, ao invés de outros produtos de limpeza (e.g., desinfetante para a casa de banho), comparativamente a participantes que imaginaram utilizar o telemóvel de uma pessoa heterossexual.

2.1.2. Licença moral. O efeito de licença moral pressupõe que agir de forma moral diminui a probabilidade de ter posteriormente comportamentos do mesmo tipo (Cornelissen et al., 2013). Por exemplo, no estudo Jordan et al. (2011), os participantes que recordaram um evento em que ajudaram uma pessoa foram menos propensos a voluntariar-se para doar sangue, do que os participantes que recordaram um evento em que usaram uma pessoa para benefício próprio. Num segundo estudo, os autores verificaram também que os participantes que tinham prestado ajuda no passado mostraram uma maior propensão para enganar, ao visualizarem as soluções de uma tarefa que envolvia a resolução de problemas de matemática (e.g. adicionar números de dois dígitos aos valores apresentados numa folha). Convergindo com estas evidências, Conway e Peetz (2012) observaram que as pessoas foram menos propensas a ceder passagem a um desconhecido após recordarem comportamentos leais e amáveis para com um amigo, em comparação com pessoas que recordaram comportamentos desleais e indelicados.

Diversa investigação sugere que o efeito de licença moral ocorre pela avaliação do histórico comportamental, ou seja, perante uma determinada situação moral, as pessoas

avaliam todo o seu comportamento passado, usando-o como referência para determinar o seu comportamento subsequente (Cascio & Plant, 2015; Lee & Hsieh, 2013; Merritt et al., 2010; Miller & Effron, 2010). Se o comportamento passado for baseado em ações morais, há um aumento da confiança relativamente à própria moralidade, o que se traduz num aumento do autoconceito moral. Este aumento do autoconceito parece mitigar o receio de se sentirem imorais ou descredibilizadas (por si ou pelos outros), levando à manifestação de atitudes e/ou sentimentos menos morais ou imorais (Cascio & Plant, 2015; Khan & Dhar, 2006; Merritt et al., 2010; Miller & Effron, 2010; Monin & Miller, 2001; Sachdeva et al., 2009). Assim, referenciando novamente o estudo de Jordan et al. (2011), ao recordarem uma situação na qual prestaram ajuda no passado, as pessoas estabeleceram-se como altruístas e experienciaram um aumento do autoconceito moral. Tal fez com que se sentissem autorizadas a diminuir os seus esforços pró-sociais e altruísta posteriores – naquele caso, visualizar as soluções dos problemas de matemática. Por outras palavras, percecionando-se como mais morais, as pessoas podem não ter tido incentivos ou necessidade de se comportarem de forma congruente com tal autoperceção moral (Sachdeva et al., 2009).

O efeito de licença moral pode também ocorrer sem que as pessoas acedam a um comportamento moral que realizaram no passado (Cascio & Plant, 2015). Por exemplo, Mazar e Zhong (2010) verificaram que a compra de produtos orgânicos (e.g., batatas orgânicas) levou a que os participantes partilhassem menos dinheiro, contrariamente aos participantes que compraram produtos convencionais (e.g., batatas não orgânicas). De notar que pessoas que compram produtos orgânicos foram vistas neste estudo como mais cooperantes, altruístas e éticas. Num outro estudo, Khan e Dhar (2006) pediram aos participantes para imaginarem que tinham recebido dinheiro do acerto do IRS e que doariam parte dele a uma instituição de caridade. O grupo de controlo imaginou apenas receber esse dinheiro. Os resultados mostraram que os participantes que doaram dinheiro para a caridade foram mais propensos a escolher produtos de luxo (e.g., óculos de sol de marca, mais dispendiosos), ao invés de utilitários (e.g., óculos de sol de marca branca, menos dispendiosos), do que os participantes do grupo de controlo. Num segundo estudo, os autores verificaram que os participantes que imaginaram o seu envolvimento em voluntariado mostraram uma maior propensão para comprar bilhetes para um concerto, do que os participantes que não realizaram a tarefa altruísta. Contudo, após serem questionados sobre a razão que os levou a comprar o bilhete, poucos participantes na condição de altruísmo reportaram terem tomado consciência da relação entre as duas tarefas (e.g., “Após ajudar os outros, eu senti que merecia ir ao concerto”). Ao invés, a grande maioria não esteve ciente do

efeito da tarefa anterior nas suas ações subsequentes. Deste modo, os autores sugerem que esta tendência para agir de forma menos moral ou imoral após um ato moral parece ser, muitas vezes, não intencional e não monitorizada.

O efeito de licença moral pode também estender-se à avaliação de grupos sociais. Por exemplo, Efron et al. (2009) convidaram os participantes a votar no candidato à presidência Barack Obama ou no candidato John McCain. De seguida, os participantes tiveram de escolher um candidato caucasiano ou negro para um posto de trabalho no departamento de polícia, no qual era comum existirem tensões raciais. O grupo de controlo realizou primeiro a tarefa de recrutamento e depois a votação. Os participantes que completaram a tarefa de recrutamento após votarem no candidato Obama, mostraram uma maior preferência por um candidato caucasiano para o posto de trabalho, comparativamente ao grupo de controlo.

Em suma, independentemente do contexto em que ocorre o efeito de licença moral, as ações menos morais ou imorais surgem como uma forma de recompensar o aumento do autoconceito, consequência da prática de atos morais anteriores (Khan & Dhar, 2006; Merritt et al., 2010; Sachdeva et al., 2009). Para melhor compreender este efeito, é importante considerar os dois modelos mais abordados na literatura: o modelo de créditos morais e o modelo de credenciais morais (Merritt et al., 2010; Miller & Efron, 2010).

2.1.2.1. Modelo de créditos morais. O modelo de créditos morais postula que o historial comportamental compensa futuros atos imorais. Por exemplo, para que uma pessoa pertencente a um grupo possa agir de forma imoral sem ser descredibilizado pelos pares, tem de ter um historial de conformidade com as normas morais do grupo (Miller & Efron, 2010). Esta conformidade permite acumular créditos idiossincráticos e o desvio a tais normas gera débitos que serão tolerados apenas se houver créditos suficientes para compensá-los (Hollander, 1958; Lee & Hsieh, 2013; Miller & Efron, 2010). Por outras palavras, o comportamento imoral só será permitido e desculpado (pelo próprio e pelos outros), desde que haja um historial de virtude moral pela realização de boas ações anteriores. As pessoas serão, na mesma, percecionadas como transgressoras, embora a perceção negativa de que serão alvo, em consequência das suas atitudes imorais, seja mitigada pela acumulação de créditos (Jordan et al., 2011; Miller & Efron, 2010; Sachdeva et al., 2009). Este modelo pressupõe, ainda, que os créditos morais compensam o impacto negativo que uma ação imoral tem no autoconceito (Merritt et al., 2010; Miller & Efron, 2010; Monin & Miller, 2001). Assim, se houver um historial de comportamento moral, mesmo sabendo que o

comportamento atual é imoral, as pessoas sentem que as suas boas ações passadas lhes dão o direito de se desviarem do seu autoconceito (Lee & Hsieh, 2013).

2.1.2.2. Modelo de credenciais morais. De acordo com o modelo de credenciais morais, o histórico comportamental fornece uma licença ao alterar a forma como o comportamento subsequente é interpretado, fazendo com que tal comportamento não seja visto (pelo próprio ou pelos outros), como uma transgressão (Miller & Effron, 2010; Sachdeva et al., 2009). Tomando como exemplo o estudo de Monin e Miller (2001), os participantes do sexo masculino mostraram preferência por um homem para um posto de trabalho, intencionalmente descrito como tipicamente masculino (construção civil), depois de discordarem de frases sexistas (e.g., “O melhor trabalho para as mulheres é cozinhar, ser enfermeira ou professora”, “Os homens são mais aptos para a política do que as mulheres”). O facto de terem discordado de frases sexistas fez com que os participantes sentissem que tinham demonstrado que não eram machistas, estabelecendo, assim, credenciais para o seu autoconceito não preconceituoso. Posteriormente, tais credenciais levaram a que escolhessem o candidato de acordo com o estereótipo de trabalhador de construção civil. Resumidamente, quanto mais os participantes demonstraram que não eram machistas, menos devem ter receado que o seu comportamento “incorreto” pudesse ser atribuído a sexismo, sentindo-se mais confortáveis para expressar posteriormente uma atitude pró-masculina.

2.1.2.3. Comparação dos modelos de créditos e credenciais morais. Estes dois modelos diferenciam-se substancialmente. O modelo de créditos morais postula que existe apenas uma alteração na forma como uma ação imoral é percebida (Merritt et al., 2010; Miller & Effron, 2010; Monin & Miller, 2001). Por outro lado, no modelo de credenciais morais existe uma alteração na forma como a ação subsequente é interpretada (Miller & Effron, 2010; Sachdeva et al., 2009). Por exemplo, no estudo de Monin e Miller (2001), os participantes caucasianos, após optarem por um candidato negro numa tarefa de recrutamento, foram mais propensos a expressar a sua preferência por um candidato caucasiano noutra tarefa de recrutamento. Interpretando este estudo com base no modelo de créditos morais, a contratação de um candidato negro faria com que os participantes se sentissem autorizados a expressar uma visão que seria na realidade interpretada como preconceituosa, mas estariam seguros de que seria compensada pelas suas ações anteriores não racistas. Por outro lado, com base no modelo de credenciais morais, a contratação de um candidato negro na primeira tarefa faria com que os participantes sentissem que tinham estabelecido as suas credenciais morais em

como não eram preconceituosos. Assim, acreditariam que a sua preferência por candidatos caucasianos na segunda tarefa seria interpretada como legítima, por ser associada a outros motivos que não o preconceito.

Os modelos de créditos morais e de credenciais morais diferenciam-se ainda quanto ao papel do autoconceito. O modelo de créditos morais postula flutuações no autoconceito moral dependendo da história de boas e más ações: as boas ações aumentam o autoconceito moral, ao passo que más ações o diminuem (Jordan et al., 2011; Khan & Dhar, 2006; Sachdeva et al., 2009; West & Zhong, 2015). Por outro lado, o modelo de credenciais morais postula que, embora as boas ações aumentem o autoconceito moral, não há uma diminuição do mesmo perante a realização de más ações. Isto é, se o historial comportamental faz com que as ações imorais subsequentes não pareçam uma transgressão, então as pessoas podem realizar estes atos sem ferirem o seu autoconceito moral. Se os créditos morais funcionam como uma moeda que pode ser usada para "comprar" uma licença para cometer uma posterior transgressão, as credenciais morais funcionam como uma testemunha a quem se pode recorrer para confirmar que o comportamento subsequente não é imoral (Miller & Effron, 2010).

2.2. Comportamentos Consistentes

Contrariamente à literatura que se debruça na análise dos comportamentos compensatórios, existe literatura que sugere que após a realização de um ato (i)moral, as pessoas apresentam uma propensão para se comportarem analogamente (Cornelissen et al., 2013). Este efeito de consistência moral engloba duas vertentes comportamentais: a consistência positiva e a consistência negativa. Na consistência positiva, um comportamento moral conduz à manifestação de um outro comportamento moral. Por exemplo, os participantes que responderam a um pequeno pedido de ajuda (e.g., assinar uma petição), posteriormente concordaram mais em colaborar num pedido de ajuda mais exigente (e.g., colocar um cartaz informativo em sua casa), comparativamente aos participantes que não responderam ao primeiro pedido de ajuda (Freedman & Fraser, 1966). Ainda, lembrar as pessoas acerca dos seus esforços na conservação do ambiente (e.g., reciclar, comprar produtos não poluentes) aumentou o seu comportamento pro-ambiental subsequente (Cornelissen, Pandelaere, Warlop, & Dewitte, 2008). Por outro lado, na consistência negativa os atos menos morais ou imorais levam a subsequentes atos do mesmo tipo. Por exemplo, Gino, Norton e Ariely (2010) verificaram que os participantes que utilizaram óculos de sol contrafeitos foram mais propensos a comportar-se de forma desonesta (e.g., mentir nos resultados de problemas de matemática) e a julgarem os outros como pessoas imorais, comparativamente aos

participantes que utilizaram óculos de marca. Embora a consistência moral englobe estas duas vertentes comportamentais, a literatura sobre a consistência positiva é claramente mais abundante. Desta forma, focar-nos-emos apenas nesta vertente da consistência moral.

Existe também literatura que mostra o efeito de consistência moral na avaliação de grupos sociais. No seu estudo, Ashton-James e Tracy (2012), mostraram que os participantes que afirmaram ter características morais (e.g., confiável, cumpridor), mostraram uma maior tendência para discordar de frases racistas (e.g., o governo e os meios de comunicação mostram mais respeito pelos negros do que eles merecem), do que os participantes que afirmaram ter características menos morais (e.g., arrogante, snobe).

A investigação que se debruça sobre este efeito tem argumentado que as pessoas procuram uma consistência moral nas suas ações, devido à necessidade de conformidade entre a forma como se percebem e a forma como agem, bem como de manter um autoconceito moral estável ao longo do tempo (Aronson & Carlsmith, 1962; West & Zhong, 2015). Por exemplo, Mazar et al. (2008) mostraram que os participantes que escreveram os 10 mandamentos não mentiram nos resultados de uma tarefa que envolvia a resolução de problemas matemáticos, ao reportarem o número real de problemas resolvidos, contrariamente aos participantes que escreveram o nome de livros. Segundo estes autores, após a ativação do conceito de moralidade, o desejo em manter um autoconceito moral foi forte o suficiente para restringir a mentira. Os participantes mostraram, assim, uma necessidade de eliminar as discrepâncias entre a sua autoperceção e as ações que executam (West & Zhong, 2015).

O surgimento de comportamentos consistentes pode ainda estar associado ao conceito de compromisso (Becker, 1960). O compromisso, tem sido definido como uma predisposição pessoal interna que impulsiona as pessoas para manterem, ao longo do tempo, uma determinada ação (Adams & Jones, 1997; Johnson, Caughlin, & Huston, 1999), envolvendo uma ligação emocional e afetiva aos valores que essa ação emprega (Allen & Meyer, 1990; Matsuba & Walker, 2004). Segundo Becker (1960), se uma pessoa se compromete a agir de determinada forma, tenderá a seguir um curso consistente com esse compromisso que estabeleceu. Por exemplo, se uma pessoa apresenta um compromisso moral elevado na sua relação amorosa, mostrará um grande investimento na mesma (e.g., tempo passado juntos) que irá, por sua vez, repercutir-se na vontade de a manter ao longo do tempo (Goodfriend & Agnew, 2008; Rodrigues & Lopes, 2015; Stanley, Rhoades, & Whitton, 2010).

2.3. Infidelidade e a Moralidade

Ainda que a sociedade habitualmente considere a infidelidade³ como um comportamento desviante, muitas pessoas envolvem-se em comportamentos deste tipo (Allen & Baucom, 2006; Jackman, 2015; Mattingly, Wilson, Clark, Bequette, & Weidler, 2010; Schafer, 2014; Thornton & Young De-Marco, 2001). A infidelidade engloba diferentes significados para diferentes pessoas incluindo, como tal, comportamentos que vão desde flertar até relações sexuais extradiádicas (Jackman, 2015; Munsch, 2012; Roscoe, Cavanaugh, & Kennedy, 1988; Urooj, Anis-ul-Haque, & Anjum, 2015). Existem, assim, dois tipos de infidelidade que podem ocorrer em diferentes tipos de relacionamento (e.g., relações conjugais, namoro, convivência): infidelidade sexual e infidelidade emocional. A infidelidade sexual refere-se à atividade sexual fora da relação atual que viola a norma explícita ou implícita da monogamia; por outro lado, a infidelidade emocional ocorre pela canalização de recursos emocionais, como amor, romantismo, tempo e/ou atenção para outra pessoa externa à relação amorosa (Barta & Kiene, 2005; Buunk & Dijkstra, 2004; Feldman & Cauffman, 1999; Glass & Wright, 1985; Hall & Fincham, 2006; Lishner, Nguyen, Stocks, & Zillmer, 2008; Shackelford & Buss, 1997; Sheppard, Nelson, & Andreoli-Mathie, 1995; Thompson, 1983; Wilson, Mattingly, Clark, Weidler, & Bequette, 2011).

A infidelidade é considerada moralmente errada, inaceitável e injustificável (Boekhout et al., 1999; Carr, 2010; Glass & Wright, 1992; Koleva et al., 2014; Selterman & Koleva, 2015). Não só é percebida como uma violação do compromisso e da confiança, é também responsável por sentimentos de traição e mal-estar no parceiro (Fletcher, Simpson, Thomas, & Giles, 1999; Mattingly et al., 2011). O que leva uma pessoa a estar no papel de vítima ou de transgressora pode ser explicado pelas suas atitudes relativamente à infidelidade, uma vez que têm sido identificadas como predictoras do envolvimento em tal comportamento (Drake & McCabe, 2000; Jackman, 2015; Sharpe, Walters, & Goren, 2013). Por sua vez, a pessoa que viola a norma monogâmica pode experienciar alterações na forma como se sente e se percebe, tendo, assim, um impacto no autoconceito moral (Aron, 2003; Lewandowski, Nardone, & Raines, 2010). Como tal, as atitudes face à infidelidade deverão estar associadas à moralidade e poderão ser influenciadas pela hipotética incursão num ato altruísta prévio.

³ A infidelidade é definida de diversas formas na literatura: casos extraconjugais, sexo extramarital (Boekhout et al., 1999; Munsch, 2012), traição (Boekhout et al., 1999; Eaves & Robertson-Smith, 2007) e relações não monogâmicas (Sheppard et al., 1995).

2.4. A Presente Investigação

A presente investigação tem como objetivo perceber como os julgamentos de infidelidade das pessoas se modificam após a manifestação de comportamentos morais. Em dois estudos experimentais, os participantes imaginaram envolver-se em trabalho comunitário (condição de altruísmo) ou não realizaram tal ação altruísta (condição de controlo). No Estudo 1 pedimos às pessoas para reportarem as suas atitudes face à infidelidade (julgamento autorreferencial). No Estudo 2, pedimos às pessoas para julgarem se um determinado comportamento apresentado num cenário seria indicativo de infidelidade (julgamento social).

Evidências empíricas têm dado suporte a dois fenómenos aparentemente contraditórios: os comportamentos compensatórios, que englobam o efeito de limpeza moral e o efeito de licença moral, e os comportamentos consistentes, que englobam a consistência positiva e a consistência negativa. Importa referir que o efeito de limpeza moral e o efeito de consistência negativa não serão estudados na presente investigação, uma vez que a tarefa criada para a condição experimental apenas induz a imaginação de um comportamento moral, não havendo outra tarefa que permita aceder a um comportamento imoral inicial. Como tal, iremos estudar apenas os efeitos de licença moral e de consistência moral. No primeiro caso, a literatura sugere que atitudes altruístas tendem a conduzir a comportamentos imorais em situações subsequentes pelo aumento do autoconceito, o que se traduz na ausência de desconforto em transgredir (Cascio & Plant, 2015; Khan & Dhar, 2006; Merritt et al., 2010; Miller & Effron, 2010; Monin & Miller, 2001; Sachdeva et al., 2009; Zhong & Liljenquist, 2006). No segundo caso, a literatura sugere que atitudes altruístas conduzem a comportamentos análogos, produzindo uma consistência comportamental devido à necessidade de manter um autoconceito moral estável (Aronson & Carlsmith, 1962; Cornelissen et al., 2013; West & Zhong, 2015). Uma vez que permitem fazer diferentes previsões quanto aos comportamentos posteriores a uma ação moral, pretendemos contrastar estes dois efeitos. Assim, de acordo com o fenómeno de licença moral, esperamos que a intenção de agir altruisticamente numa tarefa anterior forneça uma licença e origine julgamentos mais favoráveis sobre a infidelidade. Em contraste, de acordo com o fenómeno de consistência moral, esperamos que a intenção de agir altruisticamente numa tarefa anterior forneça um ponto de referência para o comportamento subsequente, levando a julgamentos mais desfavoráveis sobre a infidelidade. Em ambos os casos, esperamos que o autoconceito moral seja o mecanismo explicativo para o efeito do altruísmo nos julgamentos de infidelidade, uma vez que tem sido demonstrado que a forma como as pessoas se auto-

percecionam determina as suas ações subsequentes (Aronson & Carlsmith, 1962; Cornelissen et al., 2013; Khan & Dhar, 2006; Mazar et al., 2008).

Secção III – Estudo 1

Para contrastar os efeitos de licença moral e de consistência moral, pedimos a metade da amostra para imaginar o seu envolvimento em trabalho comunitário e à restante amostra nada foi pedido. O objetivo foi verificar se esta manipulação teria impacto nas atitudes face à infidelidade, sendo esta a variável dependente. Posto isto, propomos as seguintes hipóteses:

Hipótese 1a: A intenção de agir altruisticamente conduz a posteriores atitudes mais favoráveis face à infidelidade (efeito direto – licença moral);

Hipótese 1b: A intenção de agir altruisticamente conduz a posteriores atitudes mais desfavoráveis face à infidelidade (efeito direto – consistência moral);

Hipótese 2: O efeito do altruísmo nas atitudes face à infidelidade é mediado pelo autoconceito moral (independentemente da direção).

3.1. Método

3.1.1. Participantes e delineamento. Este estudo contou com a participação de 84 estudantes do ISCTE-IUL (72 mulheres), maioritariamente de nacionalidade portuguesa (90,5%), com idades compreendidas entre os 17 e os 50 anos ($M = 19,7$, $DP = 4,89$). Da amostra total, 78,6% dos participantes indicou ter o 12º ano de escolaridade, 17,9% indicou ter um Bacharelato ou Licenciatura e 1,2% indicou ter um Mestrado ou Doutoramento. Ainda, 51,2% referiu não ter uma relação amorosa e a maioria referiu ser heterossexual (91,7%).

Os participantes foram aleatoriamente distribuídos por uma de duas condições experimentais definidas por um delineamento uni-fatorial com dois níveis (comportamento prévio: controlo vs. altruísmo).

3.1.2. Medidas.

3.1.2.1. Autoconceito moral. Esta medida foi utilizada por Khan e Dhar (2006) e tem como objetivo avaliar o grau de concordância com afirmações relativas à própria personalidade (quatro itens; $\alpha = ,70$; “*Sou uma pessoa com compaixão*”, “*Sou uma pessoa compreensiva*”, “*Sou uma pessoa calorosa*”, “*Sou uma pessoa prestável*”). As respostas foram dadas numa

escala de tipo *Likert* com sete pontos (1 = Discordo totalmente, 7 = Concordo totalmente). Valores médios mais altos são indicativos de um elevado autoconceito.

3.1.2.2. Escala de atitudes face à infidelidade. Esta escala foi desenvolvida por Whatley (2006) e adaptada para a população portuguesa por Martins et al. (2015). Com esta escala pretende-se aceder à forma como as pessoas pensam e se sentem acerca de questões relacionadas com a infidelidade (12 itens; $\alpha = ,72$; e.g., “*É natural as pessoas serem infiéis*”, “*Eu teria um caso se soubesse que o/a meu/minha parceiro/a nunca iria descobrir*”). As respostas foram dadas numa escala de tipo *Likert* de sete pontos (1 = Discordo totalmente, 7 = Concordo totalmente). Valores médios mais altos representam atitudes mais favoráveis face à infidelidade.

3.1.2.3. Questões sociodemográficas. Os participantes foram questionados acerca do seu sexo, idade, nacionalidade, escolaridade, estado relacional e orientação sexual. Algumas destas variáveis foram identificadas na literatura como estando associadas à infidelidade e perceções face à mesma (e.g., Jackman, 2015; Mattingly et al., 2010; Rodrigues, Lopes, & Pereira, 2017).

3.2. Procedimento

Este estudo foi realizado na plataforma online Qualtrics, foi de cariz não invasivo e as respostas não foram forçadas. Os participantes foram convidados a inscrever-se para a participação num estudo no LAPSO sobre dinâmicas interpessoais, em troca de créditos para uma das unidades curriculares do curso de Psicologia. Após a sua inscrição, foram convocados em grupos de oito para comparecer no laboratório. Quando se sentaram individualmente diante de um computador, a primeira página do questionário informava os participantes que o propósito do estudo era compreender a sua opinião acerca de questões sociais. Foram, de seguida, apresentadas as considerações éticas do estudo, nomeadamente a garantia de anonimato e a possibilidade de o abandonarem a qualquer momento, caso não concordassem com algum procedimento, sem que as suas respostas fossem consideradas no estudo. Após fornecerem o seu consentimento (clicando na opção *concordo participar*), iniciaram o questionário. O programa selecionou aleatoriamente uma das duas condições experimentais. A metade da amostra foi pedido para imaginar que se voluntariou para participar num trabalho comunitário durante três horas semanais e para escolher entre dois serviços comunitários: ensinar crianças que estão numa instituição para sem-abrigo ou

desenvolver projetos para melhorar o ambiente. Após a escolha, foi pedido aos participantes para justificarem a sua opção, de forma a garantir a sua envolvimento na tarefa (ver Khan & Dhar, 2006). Os restantes participantes não realizaram esta tarefa. Posteriormente, todos os participantes foram encaminhados para as medidas de autoconceito e de atitudes face à infidelidade, seguindo-se um conjunto de questões sociodemográficas (Anexo A). Por fim, foi agradecida a participação e fornecido um contacto em caso de interesse em esclarecer questões relacionadas com a investigação.

3.3. Resultados

3.3.1. Análises preliminares. De um modo geral, os resultados mostraram que os homens apresentaram atitudes mais favoráveis face à infidelidade ($M = 2,59$, $DP = ,92$) comparativamente com as mulheres ($M = 1,82$, $DP = ,62$), $t(82) = -3,69$, $p < ,001$, $d = 0,81$. Verificou-se também que os participantes com educação superior foram mais favoráveis face à infidelidade ($M = 2,25$, $DP = 1,00$) do que aqueles com uma educação até ao 12º ano de escolaridade ($M = 1,85$, $DP = ,61$), $t(82) = -2,06$, $p = ,043$, $d = 0,45$. Além disto, verificou-se que os participantes não portugueses foram também mais favoráveis face à infidelidade ($M = 2,65$, $DP = ,79$) do que os participantes de nacionalidade portuguesa ($M = 1,86$, $DP = ,67$), $t(82) = -3,11$, $p = ,003$, $d = 0,69$. Por fim, verificou-se uma correlação positiva e significativa entre a idade e as atitudes favoráveis face à infidelidade, $r = ,42$, $p < ,001$. Pelo contrário, não se verificaram diferenças relativamente à orientação sexual, $t(82) = -1,56$, $p = ,122$, ou entre participantes com e sem uma relação amorosa, $t(82) = ,44$, $p = ,663$.

Dadas as diferenças encontradas, estas variáveis serão incluídas em análises subsequentes como covariáveis. De notar que o autoconceito apresentou uma correlação negativa e significativa com as atitudes favoráveis face à infidelidade, $r = ,28$, $p = ,010$.

3.3.2. Efeito do altruísmo nas atitudes face à infidelidade. Através de uma ANOVA unifatorial testámos se a condição experimental teria impacto nas atitudes face à infidelidade, considerando as variáveis sociodemográficas acima referidas como covariáveis. Os resultados mostraram que a condição experimental não teve um impacto significativo nas atitudes face à infidelidade, $F(1, 78) = 1,83$, $p = ,180$.

3.3.3. Autoconceito como mecanismo explicativo. Para testar a nossa hipótese de que o autoconceito medeia a relação entre o altruísmo e as atitudes face à infidelidade, conduzimos uma análise de mediação (Modelo 4) com 10.000 amostras “bootstrap” usando a macro

PROCESS (Hayes, 2013). A condição experimental foi a variável independente (X; codificada como 0 = Controlo, 1 = Altruísmo), o autoconceito moral foi a variável mediadora (M) e as atitudes face à infidelidade foram a variável dependente (Y). Foram incluídas como covariáveis o sexo, as habilitações literárias, a nacionalidade e a idade.

Os resultados revelaram um modelo de mediação significativo, $R^2 = ,34$, $F(6, 77) = 6,54$, $p < ,001$. A condição experimental teve um efeito positivo e significativo no autoconceito, $p = ,047$, que por sua vez teve um efeito negativo e significativo nas atitudes favoráveis face à infidelidade, $p = ,038$. Os indicadores de mediação mostram que este efeito indireto foi negativo e significativo, 95% IC [-0,196, -0,001], ao contrário do efeito direto, $p = ,384$ (Figura 3.3.3.1.).

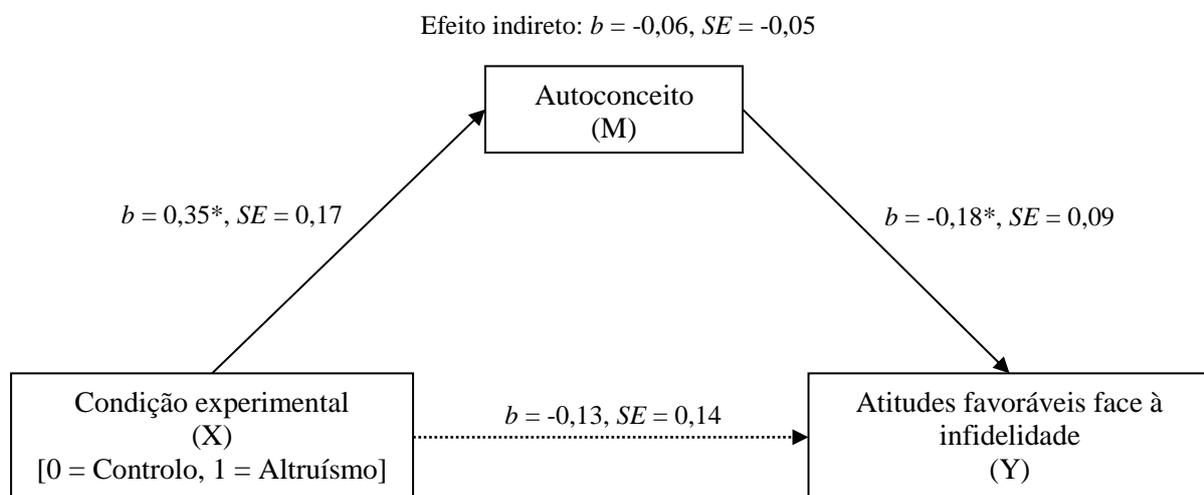


Figura 3.3.3.1. Caminhos não estandardizados para a mediação pelo autoconceito no efeito entre o altruísmo e as atitudes face à infidelidade; * $p \leq ,050$. ** $p \leq ,010$. *** $p \leq ,001$.

3.4. Discussão

Ao contrário do que seria esperado, não se encontraram diferenças entre a condição de altruísmo e a condição de controlo nas atitudes face à infidelidade. Desta forma, não encontrámos evidência de um efeito direto de licença moral ou de consistência moral (Hipóteses 1a e 1b). Contudo, e tal como esperado, a inclusão do autoconceito moral na relação entre altruísmo e julgamentos de infidelidade originou um modelo de mediação significativo (Hipótese 2). Por outras palavras, imaginar fazer um ato altruísta conduziu à manifestação de atitudes mais desfavoráveis face à infidelidade através do aumento do autoconceito. Como tal, o autoconceito moral explicou por completo a relação entre as duas variáveis. É importante notar que estes resultados são consistentes com o efeito de

consistência moral, já que um ato moral prévio levou a julgamentos morais no mesmo sentido.

No Estudo 2 pretendemos replicar estes resultados usando uma amostra independente. Para além disto, pretendemos estender a compreensão deste fenómeno analisando o modo como o julgamento do comportamento de outra pessoa, potencialmente considerado como infiel, pode ser influenciado pelo prévio envolvimento num hipotético ato altruísta.

Secção VI – Estudo 2

No Estudo 2 mantivemos a mesma manipulação e as mesmas medidas do Estudo 1. Para compreender melhor o fenómeno, introduzimos um segundo fator correspondente à gravidade do comportamento: falar com alguém atraente do outro sexo, ou beijar alguém atraente do outro sexo. Segundo alguns autores (Mattingly et al., 2010, 2011; Munsch, 2012; Sheppard et al., 1995; Wilson et al., 2011), os comportamentos associados à infidelidade podem ser classificados em duas categorias: (a) comportamentos ambíguos, como falar na internet ou ao telemóvel, abraçar outra pessoa, ter um jantar, ver um filme, dançar ou trocar presentes; e (b) comportamentos explícitos, tais como relações sexuais, sexo oral ou beijar. Os comportamentos ambíguos são percebidos como menos indicativos de infidelidade e os comportamentos explícitos são percebidos como mais indicativos de infidelidade (ver também Rodrigues, Lopes & Pereira, 2017).

Criámos, assim, dois cenários de infidelidade com base nestas duas categorias, pedindo aos participantes para julgarem o quão indicativo de infidelidade era cada um dos comportamentos (falar – cenário ambíguo; beijar – cenário explícito). Tal como no Estudo 1, testámos se o hipotético envolvimento em trabalho comunitário teria impacto no julgamento dos cenários de infidelidade. Contudo, colocámos a hipótese de que comportamentos ambíguos poderiam ser mais suscetíveis a interpretações enviesadas, comparativamente com comportamentos explícitos, que são consensualmente vistos como desviantes (Mattingly et al., 2010; Wilson et al., 2011). Assim, é possível que a esperada mediação pelo autoconceito para o efeito do altruísmo no julgamento dos cenários de infidelidade ocorra somente para o cenário ambíguo, e não para o cenário explícito. Como tal, esperamos uma mediação moderada pelo tipo de cenário. Resumindo, as hipóteses para o Estudo 2 são as seguintes:

Com base nos resultados do Estudo 1:

Hipótese 1: Esperamos que os participantes da condição de altruísmo (vs. controlo) reportem atitudes mais desfavoráveis face à infidelidade, através do aumento do autoconceito.

Dado que iremos apresentar uma nova tarefa aos participantes:

Hipótese 2a: Esperamos que os participantes da condição de altruísmo (vs. controlo) julguem o cenário ambíguo como menos indicativo de infidelidade (efeito direto – licença moral);

Hipótese 2b: Esperamos que os participantes da condição de altruísmo (vs. controlo) julguem o cenário ambíguo como mais indicativo de infidelidade (efeito direto – consistência moral);

Hipótese 3: Esperamos que o julgamento do cenário explícito seja sempre visto como mais indicativo de infidelidade, independentemente da manipulação experimental;

Hipótese 4: Esperamos que o efeito do altruísmo no julgamento dos cenários seja mediado pelo autoconceito moral (independentemente da direção), mas que tal ocorra apenas para o cenário ambíguo, e não para o cenário explícito.

4.1. Método

4.1.1. Participantes e delineamento. Este estudo contou com a participação de 158 participantes do contexto académico (130 mulheres), maioritariamente de nacionalidade portuguesa (98,7%), com idades compreendidas entre os 18 e os 56 anos ($M = 26,83$, $DP = 8,28$). Da amostra total, 16,5% dos participantes indicou ter o 12º ano de escolaridade, 51,3% indicou ter um Bacharelato ou Licenciatura e 29,1% indicou ter um Mestrado ou Doutoramento. Ainda, 61,4% referiu ter uma relação amorosa e a maioria referiu ser heterossexual (91,1%).

Os participantes foram aleatoriamente distribuídos por uma das condições experimentais definidas pelo delineamento fatorial 2 (comportamento prévio: controlo vs. altruísmo) x 2 (cenário: ambíguo vs. explícito).

4.1.2 Medidas.

4.1.2.1. Autoconceito moral. Esta escala foi a mesma do Estudo 1 ($\alpha = ,64$).

4.1.2.2. Julgamento dos cenários. Esta medida foi construída para avaliar os cenários apresentados enquanto indicativos de infidelidade. Os dois itens que a constituem foram avaliados numa escala de tipo *Likert* de sete pontos e referem-se à forma como os participantes interpretam o comportamento apresentado nos cenários ($\alpha = ,96$; e.g.,

“Considero o comportamento da Pessoa B como: 1 = Definitivamente fiel, 7 = Definitivamente infiel, 1 = Totalmente correto, 7 = Totalmente incorreto”). Valores médios mais altos representam o julgamento dos cenários como indicativos de infidelidade.

4.1.2.3. Escala de atitudes face à infidelidade. Esta escala foi a mesma do Estudo 1 ($\alpha = ,82$).

4.1.2.4. Questões sociodemográficas. Foram medidas as mesmas variáveis do Estudo 1.

4.2. Procedimento

Este estudo foi feito na plataforma online Qualtrics, foi de cariz não invasivo e as respostas não foram forçadas. Os participantes foram convidados a inscrever-se num estudo publicado nas redes sociais em grupos académicos (e.g., Facebook). Os participantes não receberam pagamento ou algum tipo de incentivo por participar no estudo. Quando acederam ao link fornecido na publicação, a primeira página informava os participantes que o propósito do estudo era compreender a sua opinião acerca de questões sociais. Foram, de seguida, apresentadas as mesmas considerações éticas do Estudo 1. Após fornecerem o seu consentimento (clicando na opção *concordo participar*), iniciaram o questionário. A manipulação de altruísmo foi em tudo semelhante ao Estudo 1 (ver também Khan & Dhar, 2006). De seguida, foi aleatoriamente apresentado um dos cenários – ambíguo ou explícito – a todos os participantes. O cenário ambíguo continha a seguinte descrição: “*A Pessoa A está numa relação amorosa há dois anos com a Pessoa B. Foram ambas convidadas para uma festa, mas a Pessoa A não podia ir por causa de um outro evento. A Pessoa B foi sozinha à festa. Como se despachou mais cedo do seu evento, a Pessoa A conseguiu ir à festa. Quando lá chegou, viu a pessoa B a falar com uma pessoa atraente do sexo oposto*”. O cenário explícito, igual ao anterior, diferiu apenas na expressão “*falar*”, substituída por “*beijar*”. Logo após a apresentação dos cenários, os participantes foram encaminhados para as medidas de julgamento dos cenários e de autoconceito, seguindo-se no final a escala de atitudes face a infidelidade e as questões sociodemográficas (Anexo B). Por fim, foi agradecida a sua participação e fornecido um contacto em caso de interesse em esclarecer questões relacionadas com a investigação.

4.3. Resultados

4.3.1. Análises preliminares. Considerando as atitudes face à infidelidade, verificou-se que os participantes sem relação amorosa indicaram atitudes mais favoráveis face à infidelidade

($M = 2,32$, $DP = ,89$), do que os participantes com relação amorosa ($M = 1,95$, $DP = ,86$), $t(156) = 2,58$, $p = ,011$, $d = 0,41$. Verificou-se também que os participantes não heterossexuais apresentaram atitudes mais favoráveis face à infidelidade ($M = 2,86$, $DP = 1,43$), do que os participantes heterossexuais ($M = 2,02$, $DP = ,79$), $t(156) = -3,50$, $p = ,001$, $d = 0,56$. Não foram verificadas diferenças para as variáveis sexo, $t(156) = -1,70$, $p = ,091$, habilitações literárias, $t(156) = -1,29$, $p = ,199$, e nacionalidade, $t(156) = 1,09$, $p = ,278$. Além disso, não se verificou uma correlação significativa entre a idade e as atitudes face à infidelidade, $p = ,617$. Como tal, análises subsequentes consideram apenas como covariáveis o estado relacional e orientação sexual.

Considerando o julgamento dos cenários, não se encontraram diferenças significativas em qualquer das variáveis sociodemográficas, $p > ,116$. Como tal, não serão incluídas covariáveis em análises subsequentes.

Importa salientar que o autoconceito se correlacionou negativa e significativamente com as atitudes face à infidelidade, $p = ,006$. Mais nenhuma correlação foi significativa, $p > ,126$ (Tabela 4.3.1.1.).

Tabela 4.3.1.1. Informação descritiva e correlações entre as variáveis

Variável	<i>M</i>	<i>DP</i>	1	2	3
1. Atitudes face à infidelidade	2,09	,89	-		
2. Julgamento dos cenários	4,52	2,24	-,06	-	
3. Autoconceito moral	5,68	,72	-,22**	-,12	-

** $p \leq ,010$

4.3.2. Efeito do altruísmo nas atitudes face à infidelidade: replicação do Estudo 1. O efeito da condição experimental nas atitudes face à infidelidade foi testado através de uma ANOVA uni-fatorial, considerando as variáveis sociodemográficas acima referidas como covariáveis. Esta análise foi feita independentemente do tipo de cenário. Tal como no Estudo 1, os resultados mostraram a ausência de efeito directo da condição experimental, $F(1, 154) = ,07$, $p = ,786$.

Para testar a hipótese de que o autoconceito medeia a relação entre o altruísmo e as atitudes face à infidelidade, conduzimos uma análise de mediação (Modelo 4) com 10.000 amostras bootstrap usando a macro PROCESS (Hayes, 2013). Os resultados mostram um modelo de mediação significativo, $R^2 = ,13$, $F(4, 153) = 5,78$, $p < ,001$. A condição

experimental teve um efeito positivo e significativo no autoconceito, $p = ,021$, que por sua vez teve um efeito negativo e significativo nas atitudes favoráveis face à infidelidade, $p = ,025$. Os indicadores de mediação mostram que este efeito indireto foi negativo e significativo, 95% IC [-0,164, -0,008], ao contrário do efeito direto, $p = ,882$ (Figura 4.3.2.1.).

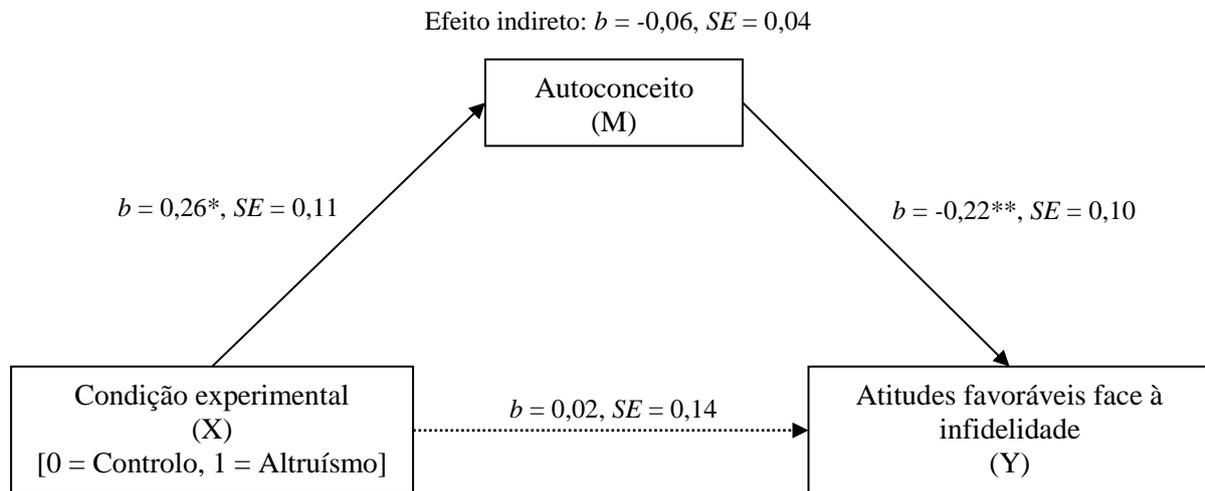


Figura 4.3.2.1. Caminhos não padronizados para a mediação pelo autoconceito no efeito entre o altruísmo e as atitudes face à infidelidade (replicação do Estudo 1); $*p \leq ,050$. $**p \leq ,010$. $***p \leq ,001$.

4.3.3. Efeitos do altruísmo no julgamento dos cenários. Para testar diferenças no julgamento dos cenários utilizámos uma ANOVA 2 (comportamento prévio: controlo vs. altruísmo) x 2 (cenário: ambíguo vs. explícito). Os resultados mostram apenas um efeito principal do cenário, $F(1, 154) = 240,26, p < ,001, \eta^2_p = ,609$, sendo que os participantes julgaram o cenário ambíguo ($M = 2,77, DP = 1,65$) como menos indicativo de infidelidade do que o cenário explícito ($M = 6,44, DP = 1,02$). Não se verificou um efeito principal da condição experimental, $F(1, 154) = ,001, p = ,982$, ou uma interação significativa entre os fatores, $F(1, 154) = ,708, p = ,401$.

4.3.4. Teste da mediação moderada. Para testar a nossa hipótese de que a mediação pelo autoconceito na relação entre o altruísmo e o julgamento de cenários ocorre para o cenário ambíguo, mas não para o cenário explícito, procedemos a uma mediação moderada pelo tipo de cenário (Modelo 14). O modelo foi testado usando 10.000 amostras bootstrap através da macro PROCESS (Hayes, 2013). A condição experimental foi a variável independente (X; codificada como 0 = Controlo, 1 = Altruísmo), o autoconceito moral foi a variável mediadora

(M), o julgamento dos cenários foi a variável dependente (Y) e o tipo de cenário foi a variável moderadora (V; codificada como 0 = Ambíguo, 1 = Explícito).

Os resultados mostram um modelo de mediação significativo, $R^2 = ,64$, $F(4, 153) = 67,37$, $p < ,001$. A condição experimental teve um efeito positivo e significativo no autoconceito, $p = ,027$, que por sua vez teve um efeito negativo e significativo nos julgamentos dos cenários, $p = ,009$. Como esperado, verificou-se uma interação significativa no julgamento dos cenários, $p = ,048$. Mais especificamente, o efeito indireto foi negativo e significativo apenas para o cenário ambíguo, $b = -0,16$, $SE = 0,09$, 95% IC [-0,407, -0,023], não tendo o cenário explícito qualquer impacto, $b = -0,01$, $SE = 0,04$, 95% IC [-0,106, 0,055]. O índice de moderação pelo cenário foi positivo e significativo, $b = 0,15$, $SE = 0,10$, 95% IC [0,016, 0,405]. Contrariamente, o efeito direto não foi significativo, $p = ,730$ (Figura 4.3.4.1.).

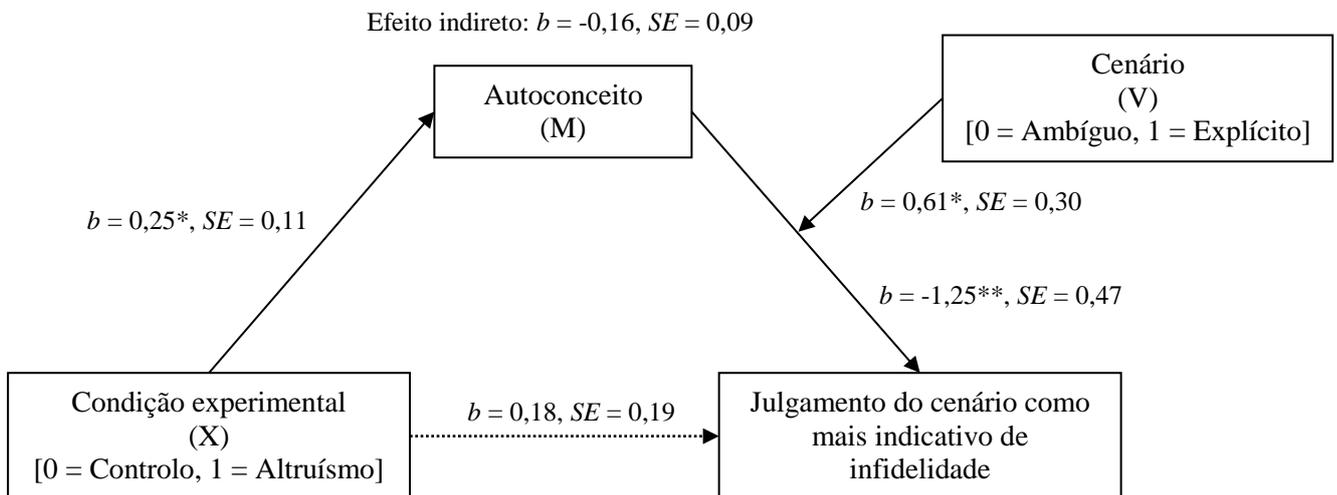


Figura 4.3.4.1. Modelo de mediação pelo autoconceito moderado pelo tipo de cenário; $*p \leq ,050$. $**p \leq ,010$. $***p \leq ,001$.

4.4. Discussão

Usando uma amostra independente, replicámos os resultados do Estudo 1 relativamente às atitudes face à infidelidade. Concretamente, apesar de não termos encontrado evidência de um efeito direto do altruísmo nas atitudes face à infidelidade, a inclusão do autoconceito moral levou a um modelo de mediação significativo. Por outras palavras, a realização da tarefa altruísta conduziu à manifestação de atitudes mais desfavoráveis face à infidelidade, devido ao aumento do seu autoconceito (Hipótese 1). Tal é indicativo do efeito de consistência moral.

No que concerne aos cenários, e ao contrário do que seria esperado, não encontramos um efeito do altruísmo no julgamento dos cenários. Desta forma, não foram encontradas evidências de um efeito direto de licença moral ou de consistência moral (Hipóteses 2a e 2b). Contudo, encontramos suporte para a hipótese de que, independentemente da condição experimental, o cenário explícito seria mais indicativo de infidelidade (Hipótese 3). Assim, tal como previsto, apenas o cenário ambíguo permitiu diferentes interpretações do que se constitui como infidelidade, com base em atos altruístas prévios. No seguimento destes resultados e das análises anteriores, foram encontradas evidências para a mediação pelo autoconceito no julgamento do cenário ambíguo, sendo que tal não ocorreu para o cenário explícito (Hipótese 4). Por outras palavras, o ato altruísta fez com que os participantes tivessem uma maior autoperceção da sua moralidade que, por sua vez, levou a que julgassem o cenário ambíguo (falar com alguém do outro sexo) como menos indicativo de infidelidade. Neste sentido, e tendo em consideração que o ato altruísta levou a que fossem mais lenientes no julgamento do cenário, temos indícios de um efeito de licença moral.

Secção V – Discussão Geral

A presente investigação estudou a forma como as pessoas agem após a intenção de praticar um ato altruísta. Se subsequentemente a este ato as pessoas agirem de forma imoral, estamos perante o efeito de licença moral. Em contraste, se agirem subsequentemente de forma moral, estamos perante o efeito de consistência moral. Ao contrário do esperado, não encontramos uma relação direta entre o hipotético envolvimento num ato altruísta e os julgamentos de infidelidade, não permitindo observar efeitos diretos de licença moral e de consistência moral (Estudo 1 e 2). No entanto, estes efeitos ocorreram quando foi considerado o autoconceito.

Nos Estudos 1 e 2 observou-se um efeito de consistência moral nas atitudes face à infidelidade, uma vez que imaginar agir altruisticamente levou a atitudes mais desfavoráveis, resultado do aumento do autoconceito moral. O efeito de consistência moral é teoricamente explicado pelo autoconceito através da Teoria da Dissonância Cognitiva (e.g., Albarracín & Wyer, 2000; Aronson & Carlsmith, 1962). Segundo esta teoria, as pessoas estão motivadas para agir de acordo com a sua autoperceção, de modo a não violarem o seu autoconceito moral. Por exemplo, se as pessoas se percebem de forma moral e subsequentemente agem de forma imoral, irão sentir uma dissonância cognitiva que provoca desconforto. Para reduzir este desconforto, procuram eliminar as discrepâncias entre a forma como se percebem e o

comportamento que realizam. Tal resulta na consistência das ações realizadas (Aronson & Carlsmith, 1962; Carr, 2010; Festinger, 1957). Com base nos nossos resultados, imaginar o envolvimento em trabalho comunitário fez com que os participantes se percecionassem de forma mais moral. Esta autoperceção serviu de referência para o julgamento da infidelidade, levando os participantes a desfavorecerem tal comportamento. Este julgamento autorreferencial da infidelidade pode ter sido resultado da necessidade de manter uma conceção coesa e consistente das suas características morais (Campbell, 1990), acentuadas através do ato altruísta. Tendo em conta o referido, a ausência de efeito direto entre a ação altruísta e as atitudes face à infidelidade pode dever-se ao facto de o surgimento do efeito de consistência moral estar invariavelmente dependente do aumento do autoconceito, tal como sugerido na literatura (e.g., Aronson & Carlsmith, 1962; West & Zhong, 2015).

Por outro lado, no Estudo 2 observou-se um efeito de licença moral no julgamento dos cenários, dado que imaginar agir de forma altruísta levou ao julgamento do cenário ambíguo como menos indicativo de infidelidade, também resultado do aumento do autoconceito moral. Estes resultados podem ser explicados tendo em conta o modelo de créditos morais. Embora soubessem que poderiam ser interpretados como menos morais ou imorais, os participantes podem ter sido mais lenientes ao julgarem o cenário como menos indicativo de infidelidade, por sentirem que a sua ação altruísta anterior os estabeleceu como pessoas mais morais, resultando na mitigação da preocupação pela descredibilização. Assim, podem ter sentido que os seus julgamentos favoráveis da infidelidade não só seriam permitidos e desculpados pelos outros, como também por si, ao sentirem que se podiam desviar do seu autoconceito moral (e.g., Jordan et al., 2011; Miller & Effron, 2010; Monin & Miller, 2001; Sachdeva et al., 2009). Mas os resultados podem também ser explicados com base no modelo de credenciais morais. Sentindo-se como pessoas morais pela prática da ação altruísta, os participantes podem ter estabelecido credenciais ao seu autoconceito moral. Tal pode ter feito com que achassem que os seus julgamentos favoráveis face à infidelidade seriam considerados legítimos por serem atribuídos a outros motivos não associados à crença enraizada de favorecimento de tal comportamento (e.g., Miller & Effron, 2010; Monin & Miller, 2001; Sachdeva et al., 2009). Estudos anteriores já evidenciaram a mediação pelo autoconceito no efeito de licença moral. Considerando o estudo de Khan e Dhar (2006), estes autores verificaram que pedir aos participantes para imaginarem ajudar crianças sem-abrigo levou-os a preferir produtos de luxo (e.g., calças de marca, mais dispendiosas), ao invés de produtos utilitários (e.g., aspirador), comparativamente aos participantes que não realizaram a tarefa altruísta. Embora os autores tenham encontrado um efeito direto entre as variáveis

independente e dependente, o seu estudo é concordante com os nossos resultados, uma vez que o efeito direto deixou de ser significativo com a inclusão do autoconceito na relação entre a ação altruísta e a compra de produtos de luxo. O estudo de Cornelissen et al. (2013) mostra resultados semelhantes, uma vez que o autoconceito moral explicou por completo a relação entre a recordação de um ato ético e a maior tendência para enganar num momento posterior (e.g., reportar o número incorreto de problemas resolvidos).

5.1. Julgamentos Autorreferencias e Julgamentos Sociais

As diferenças encontradas nos julgamentos autorreferenciais e julgamentos sociais podem dever-se ao facto de as pessoas terem tomado diferentes perspetivas na avaliação da infidelidade. No seu estudo, Batson, Early e Salvarani (1977) mostraram aos participantes uma entrevista sobre a situação trágica de uma senhora (e.g., morte dos pais num acidente de carro e falta de dinheiro para sustentar os irmãos). De seguida, pediram aos participantes para reportarem o grau de sentimentos de angústia que sentiam face à situação pela qual a senhora estava a passar e, depois, pediram aos participantes para reportarem o grau de angústia que sentiriam caso fossem eles próprios a passar por essa situação. Os resultados mostraram que quando os participantes se imaginaram na situação mostraram mais sentimentos de angústia, do que quando avaliaram a situação trágica da senhora. Este estudo mostra que as pessoas têm sentimentos mais intensos quando se imaginam numa determinada situação, do que quando avaliam a situação pela qual os outros estão a passar. Considerando este exemplo, e tendo em conta a presente investigação, ao reportarem as suas próprias atitudes face à infidelidade, as pessoas podem ter-se imaginado como vítimas de infidelidade e, conseqüentemente, sentido as repercussões negativas que esse comportamento teria em si (Fletcher et al., 1999; Kaiser, 2006; Mattingly et al., 2011). Desta forma, podem ter experienciado sentimentos negativos intensos, levando a um desfavorecimento da infidelidade. Contrariamente, ao julgarem o comportamento dos outros, as pessoas podem não se ter colocado no papel da vítima do cenário apresentado e, por sua vez, não ter sentido as repercussões que tal comportamento teria em si (Fletcher et al., 1999; Kaiser, 2006; Mattingly et al., 2011). Tiveram, assim, sentimentos negativos menos intensos, refletindo-se num favorecimento da infidelidade. Ou seja, quando as pessoas avaliam as suas atitudes, podem sentir o impacto negativo do comportamento infiel em si e são intolerantes face ao mesmo. Quando avaliam o comportamento infiel dos outros, há uma mitigação do impacto negativo desse comportamento em si, refletindo-se numa tendência para tolerar a infidelidade.

Para além disto, as diferenças encontradas nos julgamentos autorreferenciais e julgamentos sociais podem também dever-se ao fenómeno de projeção. Segundo alguns autores, este fenómeno refere-se à tendência das pessoas em acreditar que os outros partilham as suas crenças, sentimentos e comportamentos (Krueger & Clement, 1997; Markus, Smith, & Moreland, 1985; Messé & Sivacek, 1979). Este fenómeno é documentado no estudo de Ross, Greene e House (1977), no qual convidaram os participantes a indicar a probabilidade de outras pessoas optarem por um de dois comportamentos (e.g., autorizar ou não autorizar a publicação de uma entrevista para a publicidade de um supermercado) e a indicar qual dos comportamentos os próprios participantes escolheriam. Os resultados revelaram que os participantes que escolheram autorizar a publicação da entrevista mostraram uma maior tendência para considerar que a generalidade das pessoas também a autorizaria. E os participantes que não autorizaram a publicação da entrevista, mostraram uma maior tendência para considerar que a generalidade das pessoas também não a autorizaria. Posto isto, tendo em conta a presente investigação, por apresentarem atitudes desfavoráveis face à infidelidade, as pessoas podem ter acreditado que os outros partilhariam as mesmas atitudes. Assim, perante o julgamento do cenário ambíguo, as pessoas podem ter acreditado que o comportamento falar com alguém atraente do outro sexo seria inofensivo, por pensarem que a pessoa que realizou esse comportamento também desfavoreceria a infidelidade e, portanto, não se comportaria de forma infiel. Mais ainda, esta ideia parece estar associada ao autoconceito moral. Segundo Fein e Spencer (1997), as pessoas que têm um elevado autoconceito tendem a fazer avaliações mais positivas dos outros. Na mesma linha, ao se percecionarem de forma mais moral pela imaginação da ação altruísta, as pessoas podem ter acreditado que os outros partilhariam a mesma autoperceção. Tal pode ter levado à tolerância do comportamento ambíguo por acreditarem que esse comportamento seria inocente por ter subjacentes crenças morais, excluindo a existência da intenção de ser infiel. Estes resultados tornam-se ainda mais interessantes pelo facto de no Estudo 2 todos os participantes terem feito julgamentos autorreferenciais e julgamentos sociais sobre a infidelidade, manifestando-se diferentes efeitos de moralidade.

Estes resultados podem ter implicações para as relações amorosas. Por exemplo, se uma pessoa julgar o comportamento infiel ambíguo do seu parceiro (e.g., falar) com base nas suas atitudes desfavoráveis face à infidelidade, pode ser menos tolerante face a esse comportamento e sentir-se mais ofendida. Por outro lado, se uma pessoa tiver um amigo que manifestou comportamentos infieis ambíguos com o parceiro, pode ser mais leniente e condenar menos o comportamento do amigo.

5.1.1. Limitação do cenário ambíguo. Embora haja evidências de aspetos que podem contribuir para as diferenças entre os julgamentos autorreferenciais e sociais, o efeito de licença moral encontrado no julgamento do comportamento dos outros pode dever-se à forma como o cenário ambíguo foi construído. Este cenário pode ter induzido o surgimento de um efeito de licença moral, porque os participantes avaliaram um comportamento que é visto, pela generalidade das pessoas, como aceitável. De acordo com os estudos de Feldman e Cauffman (1999), os participantes avaliaram comportamentos como ter uma amizade, tomar café, estudar e falar ao telefone como sendo aceitáveis com alguém que não seja o parceiro num relacionamento monogâmico. Se falar ao telefone é visto de forma legítima, assistir a uma conversa entre o parceiro e outra pessoa, na ausência de outros indicadores de interesse interpessoal (linguagem corporal ou até mesmo outros comportamentos considerados ambíguos), pode não fornecer informação suficiente para que as pessoas interpretem este comportamento como indicativo de infidelidade, apesar da indicação de que a outra pessoa era atraente e do outro sexo. Segundo Mattingly et al. (2010), as pessoas podem ter diferentes perspetivas relativamente aos comportamentos que são inapropriados ou infieis. Uma pessoa pode praticar um comportamento que considera aceitável, mas o seu/sua parceiro/a considerar que constitui infidelidade, por exemplo: a Sofia tem um jantar de trabalho tardio com o seu colega Miguel, mas o seu noivo, Francisco, acredita que um jantar tardio indica uma relação íntima entre Sofia e Miguel. Dadas as diferentes perspetivas do que constitui infidelidade, em futuros estudos seria pertinente construir um cenário ambíguo que descrevesse comportamentos com uma proximidade física (e.g., abraçar) ou emocional (e.g., dar presentes) ou, ainda, uma situação que pudesse ser indicativa de maior intimidade (e.g., jantar; ver Weis & Felton, 1987).

5.2. Fenómenos Comportamentais e Direções Futuras

Na literatura existem outras variáveis associadas a ambos os fenómenos comportamentais. Como tal, apresento de seguida algumas propostas que, por sua vez, poderão permitir uma melhor compreensão destes fenómenos.

5.2.1. Experiência passada em traição. Segundo Sharpe et al. (2013), a experiência passada em traição tem sido identificada como um robusto indicador da forma como as pessoas percecionam a infidelidade. A inclusão desta variável permitiria aceder a um comportamento moral, mas também imoral realizado no passado. Assim, seria possível testar os comportamentos compensatórios e os comportamentos consistentes. Embora não haja

evidências sobre a utilização desta variável para testar os comportamentos compensatórios, estes poderiam surgir com base no referido na literatura revista. Por exemplo, as pessoas que traíram no passado poderiam ter uma diminuição do autoconceito moral, levando ao desfavorecimento da traição como forma de restaurar a sua autoperceção moral e limpar o seu historial passado em infidelidade (efeito de limpeza moral). Por outro lado, as pessoas sem historial de infidelidade poderiam sentir um aumento do seu autoconceito moral. Tal fá-las-ia sentir-se seguras acerca da sua moralidade, diminuindo a sua preocupação em manifestar atitudes lenientes em relação à traição (efeito de licença moral).

Contrariamente, há evidências do surgimento de comportamentos consistentes pela recordação da experiência passada em traição. No seu estudo Sharpe et al. (2013; ver também Jackman, 2015), pessoas que foram infiéis sustentaram atitudes mais favoráveis face à infidelidade e interpretaram um cenário explícito como mais aceitável e perdoável, contrariamente às pessoas sem historial de infidelidade. Esta consistência comportamental pode ser resultado de um baixo autoconceito moral, uma vez que, de acordo com Eaves e Robertson-Smith (2007), as pessoas com uma baixa autoperceção de moralidade são mais propensas a praticar comportamentos imorais, porque o comportamento inadequado não é inconsistente com a sua autoperceção. Assim, de acordo com a consistência negativa, poder-se-ia verificar que as pessoas que traíram no passado, por terem um baixo autoconceito moral, perceberiam mais favoravelmente a infidelidade. Ou, de acordo com a consistência positiva, as pessoas sem historial de infidelidade manteriam a sua autoperceção de moralidade e desfavoreceriam a infidelidade. Integrar a experiência passada em traição poderia ajudar a perceber em que situações surgem os diferentes efeitos de moralidade nos julgamentos da infidelidade (julgamentos autorreferenciais e julgamentos sociais) e testar todos os fenómenos comportamentais por nós abordados na introdução.

Para além disto, a inclusão da experiência passada em traição possibilitaria alcançar outro aspeto abordado por alguns autores: a congruência dos domínios das variáveis, característica ausente na presente investigação, uma vez que a variável independente (trabalho comunitário) em nada se relaciona com a infidelidade. Alguns autores referem que ações em domínios congruentes (e.g. primeira ação sobre o preconceito e segunda ação também relacionada com o preconceito) aumentam a probabilidade de se manifestar um efeito de licença moral (e.g., Effron et al., 2009; Monin & Miller, 2001). Por outro lado, há evidências de que a congruência leva ao efeito de consistência moral (Lee & Hsieh, 2013). Assim, seria possível contrastar estes dois efeitos, tal como realizado no presente trabalho.

5.2.2. Distância temporal das ações. De acordo com o estudo de Conway e Peetz (2012) a distância temporal das ações passadas (ações recentes vs. ações distantes) pode produzir os dois tipos de efeitos. No seu estudo, a recordação de ações recentes conduziu a efeitos compensatórios: os participantes que recordaram ações imorais foram mais propensos a ajudar do que os participantes que recordaram ações morais. Inversamente, a recordação de ações distantes conduziu a efeitos consistentes: os participantes que recordaram ações imorais foram menos propensos a ajudar do que os participantes que recordaram ações morais. A manifestação dos comportamentos compensatórios pode dever-se ao facto de as ações recentes serem formadas de forma concreta. Tal leva as pessoas a concentrarem-se na forma como agiram perante uma situação e a refletir sobre as suas ações morais passadas. Por outro lado, as ações passadas distantes são formadas de forma mais abstrata, fornecendo informações mais esquemática, menos ambígua, mais simples e coerente. Pode, assim, ativar preocupações em relação à identidade moral, levando as pessoas a defender o seu autoconceito moral e a agir de forma consistente com a sua identidade (Blasi, 1980; Conway & Peetz, 2012; Liberman, Sagristano, & Trope, 2002; Reed, Aquino, & Levy, 2007).

Assim, seria pertinente verificar se os resultados de Conway e Peetz (2012) se replicariam no contexto das relações interpessoais, ao incluir a distância temporal das ações como variável moderadora. Concretamente, a recordação de um ato imoral recente levaria a uma perceção mais negativa da traição (efeito de limpeza moral) e a recordação de um ato moral recente conduziria a uma perceção mais positiva da traição (efeito de licença moral). Por sua vez, a recordação de um ato imoral distante levaria a um favorecimento da infidelidade (consistência negativa) e a recordação de um ato moral distante levaria ao desfavorecimento da mesma (consistência positiva). Com a inclusão desta variável seria também possível testar todos os fenómenos comportamentais descritos na literatura revista. Ainda, as ações morais e imorais passadas poderiam ser acedidas pela recordação da experiência em traição (variável sugerida acima). Ou seja, o comportamento imoral estaria associado a perpretação de ações infiéis no passado e o comportamento moral à ausência dessas ações. Juntavam-se, assim, ambas as variáveis num só modelo, o que poderia permitir uma análise mais integrada dos fenómenos comportamentais.

5.2.3. Compromisso e homossexualidade. A literatura tem identificado o compromisso e a homossexualidade como preditores da infidelidade nas relações (Drigotas, Safstrom, & Gentilia, 1999; Rodrigues, Lopes, & Pereira, 2017; Seal, Agostinelli, & Hannel, 1994).

A sociossexualidade é definida como a predisposição para o envolvimento em atividade sexual sem ligação emocional (Simpson & Gangestad, 1991). Alguns estudos realizados a pessoas com relações amorosas, mostraram que as pessoas com uma sociossexualidade menos restrita percebem comportamentos ambíguos e explícitos como menos indicativos de infidelidade e são mais propensas a envolver-se em comportamentos infiéis, do que as pessoas mais restritas (Rodrigues & Lopes, 2017; Rodrigues, Lopes & Pereira, 2017; Rodrigues, Lopes, & Smith, 2016; Wilson et al., 2011). Considerando a presente investigação, perante julgamentos autorreferenciais e julgamentos sociais, pessoas com uma sociossexualidade menos restrita poderiam mostrar atitudes mais favoráveis face à infidelidade e julgar o cenário ambíguo como mais indicativo de infidelidade, manifestando-se o oposto para pessoas com uma sociossexualidade mais restrita.

No que concerne ao compromisso, este conceito é definido como a motivação para permanecer num relacionamento a longo prazo (Adams & Jones, 1997; Arriaga & Agnew, 2001). De acordo com o estudo de Drigotas et al. (1999; ver também Seal et al., 1994) as pessoas menos comprometidas na sua relação foram mais propensas a perpetrar comportamentos infiéis, comparativamente a pessoas mais comprometidas. O facto de as pessoas mais comprometidas serem menos propensas a ingressar em comportamentos infiéis pode dever-se ao facto de essas pessoas se sentirem mais investidas na sua relação. Por sua vez, este investimento está associado a uma maior dedicação na sua relação e a uma maior vontade de a manter ao longo do tempo (Becker, 1960; Goodfriend & Agnew, 2008; Rodrigues & Lopes, 2015), indo ao encontro do efeito de consistência moral. Por outro lado, se as pessoas estão menos comprometidas, são menos propensas a pensar em possíveis investimentos para a relação (Goodfriend & Agnew, 2008). Tendo em conta a presente investigação, pessoas menos comprometidas poderiam apresentar atitudes mais favoráveis face à infidelidade e, ainda, julgar o comportamento ambíguo de outras pessoas como menos indicativo de infidelidade (efeito de consistência negativa). Por outro lado, pessoas mais comprometidas, sustentariam atitudes desfavoráveis e avaliaram comportamentos ambíguos como mais indicativos de infidelidade (efeito de consistência positiva).

5.2.4. Variáveis sociodemográficas. Segundo Parker e Campbell (2017), a infidelidade é um constructo social, sendo influenciada por valores e crenças culturais. Estes autores realizaram um estudo para analisar diferenças entre dois grupos de etnia/raça diferentes (europeus/brancos vs. afroamericanos/negros) na tendência para se envolverem em comportamentos infiéis. Os resultados mostraram que os participantes afroamericanos/negros

foram mais propensos a envolverem-se em comportamentos infiéis do que os participantes europeus/brancos. Deste modo, em futuros estudos seria pertinente incluir variáveis como a etnia e a raça, dado que podem fornecer pistas sobre os fatores culturais que influenciam a percepção da infidelidade (Munsch, 2012).

Seria também interessante observar diferenças com base nas crenças religiosas. De acordo com o estudo de Jackman (2015), pessoas pouco afiliadas a crenças religiosas parecem ter atitudes mais liberais em relação à infidelidade, contrariamente a pessoas afiliadas a uma religião, que percebem negativamente a traição, pela internalização de valores religiosos (Burdette, Ellison, Sherkat, & Gore, 2007). Ainda, há evidências de que pessoas com elevada religiosidade avaliam comportamentos ambíguos como indicativos de infidelidade (Mattingly et al., 2010).

5.3. Outras Limitações da Investigação

É importante referir que os dois estudos mostraram problemas ao nível do poder de teste, sendo pertinente aumentar a amostra e torná-la mais uniforme quanto às variáveis sociodemográficas.

Diversa literatura nesta área fez verificações da manipulação (e.g., Cornelissen et al., 2008; Jordan et al., 2011). Nos nossos estudos não se fez tal verificação porque o procedimento da presente investigação foi baseado no utilizado por Khan e Dhar (2006), sendo que os autores originais também não tinham tal verificação. De qualquer forma, a existência de diferenças no autoconceito, como resultado da manipulação experimental, dá algum suporte à eficaz manipulação de altruísmo.

Por fim, como limitação à medida de autoconceito é importante referir o facto de as questões utilizadas se terem cingido à descrição de traços positivos da personalidade. Tal pode ter aumentado a propensão para uma autoavaliação positiva, uma vez que todos os participantes apresentaram cotações elevadas e semelhantes nesta medida. Assim, a inclusão de traços negativos (e.g., eu sou uma pessoa teimosa, eu sou uma pessoa pessimista) poderia ser pertinente para equilibrar a medida de autoconceito moral, uma vez que a personalidade das pessoas engloba tanto traços positivos, como traços negativos.

Secção VI – Conclusões

Os efeitos de licença moral e de consistência moral têm sido analisados em diversas áreas, como a escolha do consumidor, preconceito, comportamento pro-ambiental, entre outros. Contudo, as dinâmicas interrelacionais têm-se mantido afastadas do foco de pesquisa na análise dos fenómenos compensatórios e consistentes, situação colmatada com a presente investigação.

Os resultados do presente trabalho prestam uma contribuição para perceber como o efeito de licença e consistência moral se manifestam dependo do tipo de julgamentos relativamente à infidelidade. Quando as pessoas fazem julgamentos autorreferenciais, sentem a necessidade de manter a sua autoperceção de moralidade consistente ao longo do tempo. Assim, a realização de ações morais faz com que adiram a uma perceção mais rigorosa da moralidade, refletindo-se no desfavorecimento de comportamentos infiéis (efeito de consistência moral). Este desfavorecimento da infidelidade pode dever-se também à tendência das pessoas para sentirem o impacto negativo que uma hipotética situação infiel teria em si. Por outro lado, quando as pessoas fazem julgamentos sociais podem não imaginar esse impacto negativo de determinadas ações infiéis e, ainda, podem acreditar que os outros partilham as suas atitudes desfavoráveis face à infidelidade. Tal aumenta a tolerância face aos comportamentos que os outros praticam, refletindo-se numa avaliação mais favorável face à infidelidade. Estes resultados podem aplicar-se à forma como as pessoas interpretam os comportamentos infiéis nos seus relacionamentos, por exemplo, quando perpetrados pelo seu parceiro ou por um amigo.

Para melhor perceber os efeitos de licença moral e de consistência moral, seria pertinente incluir outras variáveis como a recordação de ações passadas, a distância temporal das ações, o compromisso, a homossexualidade e, ainda, variáveis sociodemográficas como a raça, a etnia e a religião, uma vez que podem influenciar os julgamentos que as pessoas formam quanto à infidelidade.

Referências Bibliográficas

- Adams, J., & Jones, W. (1997). The conceptualization of marital commitment: an integrative analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 1177–1196. doi: 10.1037/0022-3514.72.5.1177
- Albarracín, D., & Wyer, R. S. (2000). The cognitive impact of past behavior: influences on beliefs, attitudes, and future behavioral decisions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79, 5–22. doi: 10.1037//0022-3514.79.1.5
- Allen, E. S., & Baucom, D. H. (2006). Dating, marital, and hypothetical extradyadic involvements: how do they compare? *Journal of Sex Research*, 43, 307–317. doi: 10.1080/00224490609552330
- Allen, N. J., & Meyer, J. P. (1990). The measurement and antecedents of affective, continuance and normative commitment to the organization. *Journal of Occupational Psychology*, 63, 1–18. doi: 10.1111/j.2044-8325.1990.tb00506.x
- Aquino, K., Freeman, D., Reed, A., & Lim, V. K. G. (2009). Testing a social-cognitive model of moral behavior: the interactive influence of situations and moral identity centrality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97, 123–141. doi: 10.1037/a0015406
- Aquino, K., & Reed, A. (2002). The self-importance of moral identity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83, 1423–1440. doi: 10.1037//0022-3514.83.6.1423
- Aron, A. (2003). Self and close relationships. In M. R. Leary & J. P. Tangney (Eds.), *Handbook of self and identity* (2^a ed., pp. 442–461). New York: Guilford Press.
- Aronson, E., & Carlsmith, J. M. (1962). Performance expectancy as a determinant of actual performance. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 65, 178–182. doi: 10.1037/h0042291
- Arriaga, X. B., & Agnew, C. R. (2001). Being committed: affective, cognitive, and conative componentes of relationship commitment. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27, 1190–1203. doi: 10.1177/0146167201279011
- Ashton-James, C. E., & Tracy, J. L. (2012). Pride and prejudice: how feelings about the self influence judgments of others. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38, 466–476. doi: 10.1177/0146167211429449
- Barta, W. D., & Kiene, S. M. (2005). Motivations for infidelity in heterosexual dating couples: the roles of gender, personality differences, and sociosexual orientation. *Journal of Social and Personal Relationships*, 22, 339–360. doi: 10.1177/0265407505052440
- Batson, C. D., Early, S., & Salvarani, G. (1977). Perspective taking: imagining how another feels versus imagining how you would feel. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23, 751–758. doi: 10.1177/0146167297237008
- Becker, H. S. (1960). Notes on the concept of commitment. *The American Journal of Sociology*, 66, 32–40. doi: 10.1086/222820
- Blasi, A. (1980). Bridging moral cognition and moral action: a critical review of the literature. *Psychological Bulletin*, 88, 1–45. doi: 10.1037/0033-2909.88.1.1
- Boekhout, B. A., Hendrick, S. S., & Hendrick, C. (1999). Relationship infidelity: a loss perspective. *Journal of Personal and Interpersonal Loss*, 4, 97–123. doi: 10.1080/10811449908409721

- Brañas-Garza, P., Bucheli, M., Espinosa, M. P., & García-Muñoz, T. (2013). Moral cleansing and moral licenses: experimental evidence. *Economics and Philosophy*, 29, 199–212. doi: 10.1017/S0266267113000199
- Burdette, A. M., Ellison, C. G., Sherkat, D. E., & Gore, K. A. (2007). Are there religious variations in marital infidelity? *Journal of Family Issues*, 28, 1553–1581. doi: 10.1177/0192513X07304269
- Buunk, B., & Dijkstra, P. (2004). Gender differences in rival characteristics that evoke jealousy in response to emotional versus sexual infidelity. *Personal Relationships*, 11, 395–408. doi: 10.1111/j.1475-6811.2004.00089.x
- Campbell, J. D. (1990). Self-esteem and clarity of the self-concept. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 538–549. doi: 10.1037/0022-3514.59.3.538
- Carr, D. (2010). Cheating Hearts. *Contexts*, 9, 58–60. doi: 10.1525/ctx.2010.9.3.58
- Cascio, J., & Plant, E. A. (2015). Prospective moral licensing: does anticipating doing good later allow you to be bad now? *Journal of Experimental Social Psychology*, 56, 110–116. doi: 10.1016/j.jesp.2014.09.009
- Cheryan, S., & Bodenhausen, G. V. (2000). When positive stereotypes threaten intellectual performance: the psychological hazards of model minority status. *Psychological Science*, 11, 399–402. doi: 10.1111/1467-9280.00277
- Colby, A., & Damon, W. (1992). *Some do care: contemporary lives of moral Commitment*. New York: The Free Press.
- Conway, P., & Peetz, J. (2012). When does feeling moral actually make you a better person? Conceptual abstraction moderates whether past moral deeds motivate consistency or compensatory behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38, 907–919. doi: 10.1177/0146167212442394
- Cornelissen, G., Bashshur, M. R., Rode, J., & Le Menestrel, M. (2013). Rules or consequences? The role of ethical mind-sets in moral dynamics. *Psychological Science*, 24, 482–488. doi: 10.1177/0956797612457376
- Cornelissen, G., Pandelaere, M., Warlop, L., & Dewitte, S. (2008). Positive cueing: promoting sustainable consumer behavior by cueing common environmental behaviors as environmental. *International Journal of Research in Marketing*, 25, 46–55. doi:10.1016/j.ijresmar.2007.06.002
- Damon, W., & Hart, D. (1992). Self-understanding and its role in social and moral development. In M. Bornstein & M. E. Lamb (Eds.), *Developmental psychology: an advanced textbook* (3^a ed., pp. 421–464). Hillsdale, New Jersey: Erlbaum.
- Drake, C. R., & McCabe, M. P. (2000). Extrarelationship involvement among heterosexual males: an explanation based on the theory of planned behavior, relationship quality, and past behavior. *Journal of Applied Social Psychology*, 30, 1421–1439. doi: 10.1111/j.1559-1816.2000.tb02528.x
- Drigotas, S. M., Safstrom, C. A., & Gentilia, T. (1999). An investment model prediction of dating infidelity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 509–524. doi: 10.1037/0022-3514.77.3.509

- Eaves, S. H., & Robertson-Smith, M. (2007). The relationship between self-worth and marital infidelity: a pilot study. *The Family Journal: Counseling And Therapy For Couples And Families*, 15, 382–386. doi: 10.1177/1066480707305468
- Effron, D. A., Cameron, J. S., & Monin, B. (2009). Endorsing Obama licenses favoring whites. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 590–593. doi: 10.1016/j.jesp.2009.02.001
- Erikson, E. H. (1964). *Insight and responsibility*. New York: Norton & Company.
- Fein, S., & Spencer, S. J. (1997). Prejudice as self image maintenance: affirming the self through derogating others. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 31–44. doi: 10.1037//0022-3514.73.1.31
- Feldman, S. S., & Cauffman, E. (1999). Your cheatin' heart: attitudes, behaviors, and correlates of sexual betrayal in late adolescents. *Journal of Research on Adolescence*, 9, 227–252. doi: 10.1207/s15327795jra0903_1
- Festinger, L. (1957). *A Theory of Cognitive Dissonance*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Fletcher, G. J. O., Simpson, J. A., Thomas, G., & Giles, L. (1999). Ideals in intimate relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 72–89. doi: 10.1037/0022-3514.76.1.72
- Freedman, J. L., & Fraser, S. C. (1966). Compliance without pressure: the foot-in-the door technique. *Journal of Personality and Social Psychology*, 4, 195–202. doi: 10.1037/h0023552
- Gino, F., Norton, M. I., & Ariely, D. (2010). The counterfeit self: the deceptive costs of faking it. *Psychological Science*, 21, 712–720. doi: 10.1177/0956797610366545
- Glass, S. P., & Wright, T. L. (1985). Sex differences in type of extramarital involvement and marital dissatisfaction. *Sex Roles*, 12, 1101–1120. doi: 10.1007/BF00288108
- Glass, S. P., & Wright, T. L. (1992). Justifications for extramarital relationships: the association between attitudes, behaviors, and gender. *Journal of Sex Research*, 29, 361–387. doi: 10.1080/00224499209551654
- Goodfriend, W., & Agnew, C. (2008). Sunken costs and desired plans: examining diferente types of investments in close relationships. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 34, 1639–1652. doi: 10.1177/0146167208323743
- Haidt, J. (2008). Morality. *Perspectives on Psychological Science*, 3, 65–72. doi: 10.1111/j.1745-6916.2008.00063.x
- Hall, J. H., & Fincham, F. D. (2006). Relationship dissolution following infidelity: the roles of attributions and forgiveness. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 25, 508–522. doi: 10.1521/jsep.2006.25.5.508
- Hayes, A. (2013). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis*. New York: Guilford Press.
- Hayley, A., & Zinkiewicz, L. (2013). Does moral cleansing moderate the effect of evolutionary altruism on helping intention? An exploratory study. *Journal of Social, Evolutionary, and Cultural Psychology*, 7, 24–35. doi: 10.1037/h0099176
- Hollander, E. P. (1958). Conformity, status, and idiosyncrasy credit. *Psychological Review*, 65, 117–127. doi: 10.1037/h0042501
- Jackman, M. (2015). Understanding the cheating heart: what determines infidelity intentions? *Sexuality & Culture*, 19, 72–84. doi: 10.1007/s12119-014-9248-z

- Janoff-Bulman, R., Sheikh, S., & Hepp, S. (2009). Proscriptive versus prescriptive morality: two faces of moral regulation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96, 521–537. doi: 10.1037/a0013779
- Johnson, M., Caughlin, J., & Huston, T. (1999). The tripartite nature of marital commitment: personal, moral, and structural reasons to stay married. *Journal of Marriage and Family*, 61, 160–177. doi: 10.2307/353891
- Joosten, A., van Dijke, M., Van Hiel, A., & Cremer, D. (2014). Fell good, do-good!? On consistency and compensation in moral self-regulation. *Journal of Business Ethics*, 123, 71–84. doi: 10.1007/s10551-013-1794-z
- Jordan, J., Mullen, E., & Murnighan, J. K. (2011). Striving for the moral self: the effects of recalling past moral actions on future moral behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 37, 701–13. doi: 10.1177/0146167211400208
- Kaiser, F. G. (2006). A moral extension of the theory of planned behavior: norms and anticipated feelings of regret in conservationism. *Personality and Individual Differences*, 41, 71–81. doi: 10.1016/j.paid.2005.11.028
- Khan, U., & Dhar, R. (2006). Licensing effect in consumer choice. *Journal of Marketing Research*, 43, 259–266. doi: 10.1509/jmkr.43.2.259
- Koleva, S., Selterman, D., Iyer, R., Ditto, P., & Graham, J. (2014). The moral compass of insecurity: anxious and avoidant attachment predict moral judgment. *Social Psychological and Personality Science*, 5, 185–194. doi: 10.1177/1948550613490965
- Krueger, J., & Clement, R. W. (1997). Estimates of social consensus by majorities and minorities: the case for social projection. *Personality and Social Psychology Review*, 1, 299–313. doi: 10.1207/s15327957pspr0104_2
- Krumm, A. J., & Corning, A. F. (2008). Who believes us when we try to conceal our prejudices? The effectiveness of moral credentials with in-groups versus out-groups. *The Journal of Social Psychology*, 148, 689–709. doi: 10.3200/SOCP.148.6.689-710
- Leary, M. R., & Tangney, J. P. (2003). *Handbook of self and identity* (1^a ed.) New York: Guilford Publications.
- Lee, Y., & Hsieh, G. (2013). Does slacktivism hurt activism?: the effects of moral balancing and consistency in online activism. *CHI'13 - Changing Perspectives*, 811–820. doi: 10.1145/2470654.2470770
- Lewandowski, G. W., Nardone, N., & Raines, A. J. (2010). The role of self-concept clarity in relationship quality. *Self and Identity*, 9, 416–433. doi: 10.1080/15298860903332191
- Liberman, N., Sagristano, M. D., & Trope, Y. (2002). The effect of temporal distance on level of mental construal. *Journal of Experimental Social Psychology*, 38, 523–534. doi: 10.1016/S0022-1031(02)00535-8
- Lishner, D. A., Nguyen, S., Stocks, E. L., & Zillmer, E. J. (2008). Are sexual and emotional infidelity equally upsetting to men and women? Making sense of forced-choice responses. *Evolutionary Psychology*, 6, 667–675. doi: 10.1177/147470490800600412
- Loureiro, Y. K., Bayuk, J., Tignor, S. M., Nenkov, G. Y., Baskentli, S., & Webb, D. (2016). The case for moral consumption: examining and expanding the domain of moral behavior to promote individual and collective well-being. *Journal of Public Policy & Marketing*, 35, 305–322. doi: 10.1509/jppm.15.148

- Markus, H., & Kunda, Z. (1986). Stability and malleability of the selfconcept. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 858–866. doi: 10.1037/0022-3514.51.4.858
- Markus, M., Smith, J., & Moreland, R. (1985). Role of the self-concept in the perception of others. *Journal of personality and social psychology*, 49, 1494–1512. doi: 10.1037/0022-3514.49.6.1494
- Martins, A., Pereira, M., Andrade, R., Dattilio, F. M., Narciso, I., & Canavarro, M. C. (2015). Infidelity in dating relationships: gender-specific correlates of face-to-face and online extradyadic involvement. *Archives of Sexual Behavior*, 45, 193–205. doi: 10.1007/s10508-015-0576-3
- Matsuba, M. K., & Walker, L. J. (2004). Extraordinary moral commitment: young adults involved in social organizations. *Journal of Personality*, 72, 413–436. doi: 10.1111/j.0022-3506.2004.00267.x
- Mattingly, B. A., Clark, E. M., Weidler, D. J., Bullock, M., Hackathorn, J., & Blankmeyer, K. (2011). Sociosexual orientation, commitment, and infidelity: a mediation analysis. *The Journal of Social Psychology*, 151, 222–226. doi: 10.1080/00224540903536162
- Mattingly, B. A., Wilson, K., Clark, E. M., Bequette, A. W., & Weidler, D. J. (2010). Foggy faithfulness: relationship quality, religiosity, and the perceptions of dating infidelity scale in an adult sample. *Journal of Family Issues*, 30, 1465–1480. doi: 10.1177/0192513X10362348.
- Mazar, N., Amir, O., & Ariely, D. (2008). The dishonesty of honest people: a theory of self-concept maintenance. *Journal of Marketing Research*, 45, 633–644. doi: 10.1509/jmkr.45.6.633
- Mazar, N., & Zhong, C. (2010). Do green products make us better people? *Psychological Science*, 21, 494–498. doi: 10.1177/0956797610363538
- Merritt, A. C., Effron, D. A., & Monin, B. (2010). Moral self-licensing: when being good frees us to be bad. *Social and Personality Psychology Compass*, 4, 344–357. doi: 10.1111/j.1751-9004.2010.00263.x
- Messé, L. A., & Sivacek, J. M. (1979). Predictions of others' responses in a mixed-motive game: self-justification or false consensus? *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 602–607. doi: 10.1037/0022-3514.37.4.602
- Miller, D. T., & Effron, D. A. (2010). Psychological license: when it is needed and how it functions. *Advances in Experimental Social Psychology*, 43, 115–155. doi: 10.1016/S0065-2601(10)43003-8
- Monin, B., & Miller, D. T. (2001). Moral credentials and the expression of prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 33–43. doi: 10.1037//0022-3514.81.1.33
- Mullen, E., & Monin, B. (2015). Consistency versus licensing effects of past moral behavior. *Annual Review of Psychology*, 67, 17.1–17.23. doi: 10.1146/annurev-psych-010213-115120
- Munsch, C. L. (2012). The science of two-timing: the state of infidelity research. *Sociology Compass*, 6, 46–59. doi: 10.1111/j.1751-9020.2011.00434.x
- Nelson, L. D., & Norton, M. I. (2005). From student to superhero: situational primes shape future helping. *Journal of Experimental Social Psychology*, 41, 423–430. doi: 10.1016/j.jesp.2004.08.003
- Parker, M. L., & Campbell, K. (2017). Infidelity and Attachment: The Moderating Role of Race/Ethnicity. *Contemporary Family Therapy*, 1–12. doi: 10.1007/s10591-017-9415-0

- Reed, A., Aquino, K., & Levy, E. (2007). Moral identity and judgments of charitable behaviors. *Journal of Marketing*, 71, 178–193. doi: 10.1509/jmkg.71.1.178
- Rest, J. R. (1986). *Moral development: advances in research and theory*. New York: Praeger.
- Reynolds, S. J., & Ceranic, T. L. (2007). The effects of moral judgment and moral identity on moral behavior: an empirical examination of the moral individual. *Journal of Applied Psychology*, 92, 1610–1624. doi: 10.1037/0021-9010.92.6.1610
- Rodrigues, D., & Lopes, D. (2015). Validating the measurement of components of commitment in a portuguese sample. *Social Indicators Research*, 121, 273–289. doi: 10.1007/s11205-014-0627-5
- Rodrigues, D. & Lopes, D. (2017). Sociosexuality, commitment, and sexual desire for na attractive person. *Archives of Sexual Behavior*, 46, 775-788. doi: 10.1007/s10508-016-0814-3
- Rodrigues, D., Lopes, D., & Pereira, M. (2017). Sociosexuality, commitment, sexual infidelity, and perceptions of infidelity: data from the second love web site. *The Journal of Sex Research*, 54, 241–253. doi: 10.1080/00224499.2016.1145182
- Rodrigues, D., Lopes, D., & Smith, C. V. (2016). Caught in a “bad romance”? Reconsidering the negative association between sociosexuality and relationship functioning. *Journal of Sex Research*. Advance Online Publication. doi:10.1080/00224499.2016.1252308
- Roscoe, B., Cavanaugh, L. E., & Kennedy, D. R. (1988). Dating infidelity: behavior, reasons, and consequences. *Adolescence*, 23, 35–43.
- Ross, L., Greene, D., & House, P. (1977). The “false consensus effect”: an egocentric bias in social perception and attribution processes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 13, 279–301. doi: 10.1016/0022-1031(77)90049-X
- Sachdeva, S., Iliev, R., & Medin, D. L. (2009). Sinning saints and saintly sinners: the paradox of moral selfregulation. *Psychological Science*, 20, 523–528. doi: 10.1111/j.1467-9280.2009.02326.x
- Schafer, M. S. (2014). Schema via structure? Personal network density and the moral evaluation of infidelity. *Sociological Forum*, 29, 120–136. doi: 10.1111/socf.12072
- Seal, D. W., Agostinelli, G., & Hannet, C. A. (1994). Extradyadic romantic involvement: moderating effects of sociosexuality and gender. *Sex Roles*, 3, 1–22. doi: 10.1007/BF01560274
- Seltermann, D., & Koleva, S. (2015). Moral judgment of close relationship behaviors. *Journal of Social and Personal Relationships*, 32, 922–945. doi: 10.1177/0265407514554513
- Shackelford, T., & Buss, D. (1997). Cues to infidelity. *Personality & Social Psychology Bulletin*, 23, 1034–1046. doi: 10.1177/01461672972310004
- Sharpe, D. I., Walters, A. S., & Goren, M. J. (2013). Effect of cheating experience on attitudes toward infidelity. *Sexuality & Culture*, 17, 643–658. doi: 10.1007/s12119-013-9169-2
- Sheppard, V. J., Nelson, E. S., & Andreoli-Mathie, V. (1995). Dating relationships and infidelity: attitudes and behaviors. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 21, 202–212. doi: 10.1080/00926239508404399
- Shih, M., Pittinsky, T. L., & Ambady, N. (1999). Stereotype susceptibility: identity salience and shifts in quantitative performance. *Psychological Science*, 10, 80–83. doi: 10.1111/1467-9280.00111

- Simpson, J. A., & Gangestad, S. W. (1991). Individual differences in sociosexuality: evidence for convergent and discriminant validity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 870–883. doi: 10.1037/0022-3514.60.6.870
- Stanley, S. M., Rhoades, G. K., & Whitton, S. W. (2010). Commitment: functions, formation, and the securing of romantic attachment. *Journal of Family Theory and Review*, 2, 243–257. doi: 10.1111/j.1756-2589.2010.00060.x
- Tangney, J. P., Stuewig, J., & Mashek, D. J. (2007). Moral emotions and moral behavior. *Annual Review of Psychology*, 58, 345–372. doi: 10.1146/annurev.psych.56.091103.070145
- Thompson, A. P. (1983). Extramarital sex: a review of the research literature. *The Journal of Sex Research*, 19, 1–22. doi: 10.1080/00224498309551166
- Thornton, A., & Young De-Marco, L. (2001). Four decades of trends in attitudes toward family issues in the united states: the 1960s through the 1990s. *Journal of Marriage & the Family*, 63, 1009–1037. doi: 10.1111/j.1741-3737.2001.01009.x
- Treviño, L. K., Weaver, G. R., & Reynolds, S. J. (2006). Behavioral ethics in organizations: a review. *Journal of Management*, 32, 951–990. doi: 10.1177/0149206306294258
- Urooj, A., Anis-ul-Haque, & Anjum, G. (2015). Perception of emotional and sexual infidelity among married men and women. *Pakistan Journal of Psychological Research*, 30, 421–439.
- Weis, D. L., & Felton, J. R. (1987). Marital exclusivity and the potential for future marital conflict. *Social Work*, 32, 45–49. doi: 10.1093/sw/32.1.45
- West, C., & Zhong, C. (2015). Moral cleansing. *Current Opinion in Psychology*, 6, 221–225. doi: 10.1016/j.copsyc.2015.09.022
- Whatley, M. (2006). *Attitudes towards infidelity scale*. Department of Psychology, Valdosta State University, Georgia.
- Wilson, P. L. (1998). Multidimensional self concept scale: an examination of grade, race, and gender differences in third through sixth grade students' self-concepts. *Psychology in the Schools*, 35, 317–326. doi: 10.1002/(SICI)1520-6807(199810)35:4<317::AID-PITS2>3.0.CO;2-R
- Wilson, K., Mattingly, B. A., Clark, E. M., Weidler, D. J., & Bequette, A. W. (2011). The gray area: exploring attitudes toward infidelity and the development of the perceptions of dating infidelity scale. *The Journal of Social Psychology*, 151, 63–86. doi: 10.1080/00224540903366750
- Zavala, A. G., Waldzus, S., & Cypryanska, M. (2014). Prejudice towards gay men and a need for physical cleansing. *Journal of Experimental Social Psychology*, 54, 1–10. doi: 10.1016/j.jesp.2014.04.001
- Zhong, C., & Liljenquist, K. (2006). Washing away your sins: threatened morality and physical cleansing. *Science*, 313, 1451–1452. doi: 10.1126/science.1130726

ANEXOS

ANEXO A

Estudo 1

Agradecemos desde já a sua participação. Irá participar em dois estudos independentes, com o objetivo de compreender a sua opinião acerca de questões sociais. Estamos apenas interessados em saber a sua opinião, não havendo respostas corretas ou erradas. A sua participação é voluntária e as suas respostas serão anónimas. Caso decida terminar a sua participação antes de concluir o questionário, basta fechar a janela do seu browser e as suas respostas não serão gravadas. Antes de iniciar, confirme a seguinte informação:

1. Estou consciente de que a minha participação é voluntária e posso interromper em qualquer momento, simplesmente fechando a página.
2. As minhas respostas serão anónimas e ninguém poderá aceder à minha identidade.
3. As minhas respostas serão utilizadas exclusivamente para investigação e acedidas apenas pelos investigadores envolvidos no projeto.

Altruísmo

Imagine que se voluntariou para participar num trabalho comunitário durante três horas por semana. Pedimos-lhe agora que escolha entre dois serviços comunitários:

- a) Ensinar crianças que estão numa instituição para sem-abrigo
- b) Desenvolver projetos para melhorar o ambiente

Descreva com algum detalhe as razões pelas quais fez a sua escolha.

Autoconceito moral

Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações.

1. Sou uma pessoa com compaixão.
2. Sou uma pessoa compreensiva.
3. Sou uma pessoa calorosa.
4. Sou uma pessoa prestável.

Atitudes face à infidelidade

Por favor indique-nos as suas respostas para as questões que se seguem:

1. Ser infiel nunca fez mal a ninguém.
2. A infidelidade numa relação amorosa é motivo para separação.
3. A infidelidade é aceitável como forma de retaliação à infidelidade.
4. É natural as pessoas serem infiéis.
5. Comportamentos online (por exemplo, conversas online, ver sites pornográficos) são um ato de infidelidade.
6. A infidelidade é moralmente errada em qualquer circunstância, independentemente da situação.
7. Ser infiel numa relação é uma das coisas mais indecentes que uma pessoa pode fazer.
8. Se duas pessoas estão juntas, a infidelidade é inaceitável em qualquer circunstância.
9. Eu não me importaria se o/a meu/minha parceiro/a tivesse um caso, desde que eu não soubesse.
10. Seria aceitável para mim ter um caso, mas não aceitaria que o/a meu/minha parceiro/a tivesse um.
11. Eu teria um caso se soubesse que o/a meu/minha parceiro/a nunca iria descobrir.
12. Se eu soubesse que o/a meu/minha parceiro/a me era infiel, eu confrontá-lo/a-ia.

Questões sociodemográficas

1. Qual o seu sexo?
2. Qual a sua idade?
3. Qual a sua nacionalidade?
4. Quais as suas habilitações literárias?
5. Qual a sua orientação sexual?

Agradecemos a sua colaboração.

Caso tenha o interesse em esclarecer alguma questão contacte-nos.

ANEXO B

Estudo 2

Agradecemos desde já a sua participação. Irá participar em dois estudos independentes, com o objetivo de compreender a sua opinião acerca de questões sociais. Estamos apenas interessados em saber a sua opinião, não havendo respostas corretas ou erradas. A sua participação é voluntária e as suas respostas serão anónimas. Caso decida terminar a sua participação antes de concluir o questionário, basta fechar a janela do seu browser e as suas respostas não serão gravadas. Antes de iniciar, confirme a seguinte informação:

1. Estou consciente de que a minha participação é voluntária e posso interromper em qualquer momento, simplesmente fechando a página.
2. As minhas respostas serão anónimas e ninguém poderá aceder à minha identidade.
3. As minhas respostas serão utilizadas exclusivamente para investigação e acedidas apenas pelos investigadores envolvidos no projeto.

Altruísmo

Imagine que se voluntariou para participar num trabalho comunitário durante três horas por semana. Pedimos-lhe agora que escolha entre dois serviços comunitários:

- c) Ensinar crianças que estão numa instituição para sem-abrigo
- d) Desenvolver projetos para melhorar o ambiente

Descreva com algum detalhe as razões pelas quais fez a sua escolha.

Cenários

Cenário ambíguo

Imagine o seguinte cenário: A Pessoa A está numa relação amorosa há dois anos com a Pessoa B. Foram ambas convidadas para uma festa, mas a Pessoa A não podia ir por causa de um outro evento. A Pessoa B foi sozinha à festa. Como se despachou mais cedo do seu evento, a Pessoa A conseguiu ir à festa. Quando lá chegou, viu a pessoa B a *falar* com uma pessoa atraente do sexo oposto.

Cenário explícito

Imagine o seguinte cenário: A Pessoa A está numa relação amorosa há dois anos com a Pessoa B. Foram ambas convidadas para uma festa, mas a Pessoa A não podia ir por causa de um outro evento. A Pessoa B foi sozinha à festa. Como se despachou mais cedo do seu evento, a Pessoa A conseguiu ir à festa. Quando lá chegou, viu a pessoa B a *beijar* uma pessoa atraente do sexo oposto.

Julgamentos dos cenários

Considero o comportamento da Pessoa B como:

1. Definitivamente fiel | Definitivamente infiel
2. Totalmente correto | Totalmente incorreto

Autoconceito

Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações.

1. Sou uma pessoa com compaixão.
2. Sou uma pessoa compreensiva.
3. Sou uma pessoa calorosa.
4. Sou uma pessoa prestável.

Atitudes face à infidelidade

Por favor indique-nos as suas respostas para as questões que se seguem:

1. Ser infiel nunca fez mal a ninguém.
2. A infidelidade numa relação amorosa é motivo para separação.
3. A infidelidade é aceitável como forma de retaliação à infidelidade.
4. É natural as pessoas serem infiéis.
5. Comportamentos online (por exemplo, conversas online, ver sites pornográficos) são um ato de infidelidade.
6. A infidelidade é moralmente errada em qualquer circunstância, independentemente da situação.
7. Ser infiel numa relação é uma das coisas mais indecentes que uma pessoa pode fazer.
8. Se duas pessoas estão juntas, a infidelidade é inaceitável em qualquer circunstância.

Altruísmo, Autoconceito e Infidelidade

9. Eu não me importaria se o/a meu/minha parceiro/a tivesse um caso, desde que eu não soubesse.
10. Seria aceitável para mim ter um caso, mas não aceitaria que o/a meu/minha parceiro/a tivesse um.
11. Eu teria um caso se soubesse que o/a meu/minha parceiro/a nunca iria descobrir.
12. Se eu soubesse que o/a meu/minha parceiro/a me era infiel, eu confrontá-lo/a-ia.

Questões sociodemográficas

1. Qual o seu sexo?
2. Qual a sua idade?
3. Qual a sua nacionalidade?
4. Quais as suas habilitações literárias?
5. Qual a sua orientação sexual?

Agradecemos a sua colaboração.

Caso tenha o interesse em esclarecer alguma questão contacte-nos.